

1 ATA DEGRAVADA 207ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

2 Ao dia dezoito do mês de dezembro de dois mil e quinze, às nove horas, no
3 plenário da Casa de Direitos Humanos – sede do CEAS/MG, realizou-se a
4 ducentésima sétima Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela presidente
5 Maria Alves de Souza, onde estavam presentes os seguintes conselheiros
6 titulares: Rodrigo dos Santos – ASSPROM, Silvana Célia –SEE ; Gesiane Lima
7 Cáritas,– Cristiane– IMSNS, Simone Albuquerque, Luiz George M. da Trindade
8 -. Conselheiros suplentes–Maria da Pascoa Andrade - COGEMAS, Érica
9 Andrade– CRPMG; Marta Maria V. Castro da Silva- SEDESE.Membros da
10 Secretaria Executiva: Consolação Cifani; Nilce Araújo, Ângelo Machado, Vera
11 Lucia Rodrigues, Adelmira Serqueira, Rosalice Tassar, Maria Paula, Regina
12 Caldeira, Leonardo Lobato Maria Mansur e Raquel. **MARIA:** Porque a gente
13 tinha proposto nesse momento de reunir as comissões. Considerando a grande
14 ausência de outros conselheiros, achamos melhor sentarmos juntos pra gente
15 definir algumas coisas. Começando, inclusive primeiro, se vocês todos
16 concordam de fazer coletivamente a discussão agora, e tomar os
17 encaminhamentos, as decisões que tiverem que tomar aqui coletivamente.
18 Todo mundo concorda? Então a gente considera aberta a nossa reunião. Antes
19 de passar para o ponto de pauta, eu vou passar para a Simone. **SIMONE:**
20 Quero cumprimentar os conselheiros. Boa tarde a todos (as), cumprimentar a
21 nossa secretária executiva, Consolação, cumprimentar todas as pessoas da
22 secretaria executiva aqui presente, os convidados. E dizer que essa é a nossa
23 última reunião do ano de 2015, um ano muito importante para o nosso
24 Conselho, para as decisões que tomamos. Eu tenho certeza que, também
25 nessa última reunião, nós faremos uma boa discussão, inclusive apontando
26 rumos para o ano que vem. Obrigada presidente. **MARIA:** Na sequência, a
27 gente justifica a ausência do Walter Figueiredo, que é da Federação das
28 APAES. Ele não está aqui conosco por motivo de trabalho. A Lúcia Elena, de
29 Poços de Caldas, por questões de outra agenda. A Maria do Carmo, que é do
30 CMAS de Leopoldina, por motivo de trabalho. O Ítalo, que todo mundo
31 conhece, também é por motivo de trabalho. A situação do Ítalo depois a gente
32 pode até conversar sobre. O Wilson, que é da Secretaria da Fazenda, por
33 motivo de férias. A Soyliá, que é de Paracatu, por motivo de doença. O
34 Ronaldo Gonçalves que todo mundo conhece a “figura”, que é da mesa
35 diretora, de Juiz de Fora, por motivo de doença. O Hermellis foi algo imprevisto
36 que aconteceu. O Volney também por algo imprevisto e a Marta Elisabete, por
37 motivo de trabalho. Vocês podem ver que temos um grande número de
38 conselheiros que justificaram ausência. E não tem aqui também a Josiane - ela
39 está na Conferência Nacional de Juventude. Diante dessa situação, nós
40 avaliamos, hoje de manhã, que as discussões das comissões a gente vai trazer
41 para fazer as discussões e as análises aqui. Considerando o número de
42 conselheiros que temos aqui, a gente poderia fazer uma avaliação de algumas
43 questões, mesmo que a gente tenha trazido na pauta. De repente a gente não
44 tem condições de fazer a aprovação, devido o número muito pequeno de
45 conselheiros. Boa parte da nossa pauta aqui, ela não requer aprovação e nem
46 quórum. Então vamos fazer a discussão e passar os informes necessários.

47 Está ok? (**VOZES AO FUNDO**) Diante da situação, a ata que está aqui em
48 discussão, a gente não vai fazer a discussão e aprovação, considerado o
49 número de pessoas que temos aqui. Eu não sei se a pauta que vocês têm aí
50 tem a posse do Ronaldo. Ele não se encontra aqui com a gente, ele passou
51 mal. A gente teria agora os informes da conferência nacional. Eu acho que vale
52 a pena e é importante a gente fazer. Quer começar Simone? Quem quer
53 começar sobre a conferência nacional? (**VOZES AO FUNDO**) Eu queria falar,
54 mas não queria falar agora. Tem eu, a Simone, a Geise e a Érica. No que
55 tange à análise da conferência nacional, hoje de manhã eu estava avaliando
56 bem. Se a gente tivesse pensado, a gente nem poderia ter feito a plenária
57 mesmo, né? Nem ter convocado essa plenária pra hoje, considerando que a
58 gente chegou semana passada da conferência, depois de termos feito uma
59 jornada no Estado de Minas, ter feito a conferência estadual, e logo em seguida
60 fomos para a conferência nacional. A participação nossa na conferência
61 nacional, não é uma avaliação minha, mas do coletivo, de todos os delegados
62 mineiros que participaram, uma vez que a gente mantém, ainda hoje, o diálogo
63 bem permanente com eles. A gente tem muita alegria em dizer que fomos
64 eleitos, no final da conferência nacional, a melhor delegação. Fomos a
65 delegação que teve mais participação efetiva, permanente, na conferência.
66 Mas é bem mais do que isso, é pela a nossa capacidade de ter delegados que
67 se inteiraram de toda a discussão do conteúdo da conferência, que se
68 inteiraram também mesmo antes de ir para a conferência, durante todo o
69 processo de organização da nossa ida, de conversar entre si, de trocar ideia
70 sobre as propostas que a gente tinha como prioridade. Isso fez com que a
71 gente tivesse uma participação bem bacana, não só no conteúdo de discussão
72 da conferência nacional, mas também, por exemplo, na discussão do Fórum
73 Nacional do Usuário, na discussão do Fórum de Entidade, na relação e na
74 construção com o Fórum dos Trabalhadores. Todos esses processos que
75 aconteceram na conferência, Minas conseguiu participar, estar efetivamente
76 bem. Hoje a Simone colocou muito bem uma coisa, que Minas conseguiu
77 chegar, ser destaque, permanecer durante toda a conferência. Foi o fato de
78 termos um Secretário de Estado que participou de todo período da conferência,
79 se colocando, não só como Secretário de Estado, mas pela postura e posição
80 política. Isso fez com que Minas o colocasse como referência, e até de outros
81 Estados quererem levar o nosso secretário pra lá. E depois, foi a nossa
82 participação na abertura, enquanto usuário. Foi bacana. A gente conseguiu
83 segurar como referência. E também no decorrer das aprovações de propostas,
84 das nossas manifestações sociais, cultural e política, durante o período da
85 conferência. A gente garantiu todo mecanismo necessário de participação. Eu
86 até brincava muito com a Marta. Nós tínhamos um cadeirante lá de Teófilo
87 Otoni - pense em um menino independente. Ele se virava sozinho na
88 conferência, entrava e saía, se envolvia com tudo de forma tão entrosada,
89 inclusive com outras delegações, que foi um processo de inclusão social
90 mesmo, de se sentir parte, de se envolver. Eu acho que isso foi muito bacana.
91 No que tange à conferência, é isso. Se alguém quer acrescentar, falar do seu
92 ponto de vista. **SILVANA:** Quero falar um pouco dessa experiência. Eu acho
93 realmente que na conferência, pelo menos eu senti naquele lugar de território a

94 diversidade mineira, de sentir orgulho de ser mineiro. Eu lembrei uma situação
95 que aconteceu na hora que a Maria estava falando. Tinha uma baiana atrás de
96 mim, que mora em Brasília, ela trabalha na Caixa, não é da área social, mas
97 gosta muito, é psicóloga e foi participar da conferência. Ela falou que não
98 estava se sentindo bem em Brasília, que ela não era bem recebida. Eu brinqueei
99 com ela: “vai pra Minas, porque em Minas a gente recebe as pessoas muito
100 bem, você vai gostar”. E aí, a Maria começou a falar, o André já tinha acabado
101 de falar, eu falei assim: “está vendo aquele homem? É o nosso secretário, a
102 Maria é a presidente do Conselho de Assistência Social, nós somos todos
103 mineiros”. É esse orgulho mesmo de estar bem representada. E o que ficou
104 muito visível para a delegação de Minas. Quando a Maria, o André, estavam
105 juntos com o presidente, eu me senti muito orgulhosa, e falei pra baiana: “ vai
106 pra Minas, porque lá você vai ser bem recebida”. Foi essa sensação que eu
107 tive na conferência. **SIMONE:** A nossa delegação se sentiu extremamente
108 amparada, acolhida. Eu acho que todos nós nos sentimos assim também. Eu
109 acho que essa conferência tem algumas coisas que mudam a concepção e a
110 forma de conduzir a política no Brasil. O Fórum dos Usuários foi uma coisa
111 impressionante: marca bem todo o esforço que está sendo feito. Quem teve
112 condições de participar da plenária dos usuários, sabe muito bem que os
113 usuários tiraram uma pauta muito importante, à favor do direito, contra a
114 filantropia, o reconhecimento de suas formas e organização, do tratamento com
115 dignidade. Eu me lembro perfeitamente da última frase da discussão do Fórum
116 dos Usuários, foi que o SUAS em 2015 seria construído pelos próprios
117 usuários. Isso faz uma diferença fundamental, não só histórica, mas política e
118 social. Você muda completamente o trato do Estado brasileiro com a população
119 mais pobre e vulnerável. Eu considero que nós tivemos um avanço muito
120 importante nessa conferência nacional. Agora, nós precisamos, principalmente
121 no nosso Conselho, continuar na vanguarda. Eu acho que a gente precisa
122 continuar na vanguarda, porque o mercado nacional é muito ruim. A gente
123 precisa dar sustentação aos princípios mais importantes do SUAS, que é o da
124 participação, da universalização da política, esses princípios que me parecem
125 bem ameaçados. **PÁSCOA:** Boa tarde a todos. Eu cheguei um pouquinho
126 atrasada, porque estou com labirintite, viu? Tomei um remédio, tive que dar
127 uma deitada pra parar de ficar tonta. Eu gostei demais. Eu não queria ir na
128 conferência, mas eu adorei, foi bom demais! Que amor de pessoa a Ana Paula,
129 gente. Igual a Simone falou, todo mundo se sentiu acolhido, protegido, não só
130 por ela, por você também, sabe Simone? Eu te admiro demais. O tempo todo
131 sentada lá na frente. É emocionante ver o tanto que você defende, o tanto que
132 você está com a gente. A gente só tem que te agradecer. Eu tive a
133 oportunidade de participar como ajudante lá, como mesa de apoio, dessa vez
134 eu me inscrevi lá nos trabalhadores, por quê? Eu sou uma trabalhadora, né?
135 Sou assistente social já há muitos anos, e eu queria ver como é que estava. Foi
136 muito tranquilo. Depois eu fui para a sala de relatoria junto com a Darci. Foi
137 uma experiência muito bacana, que eu gostaria de dividir com vocês. Eu adorei
138 tudo, foi tudo muito bom. Eu gostei muito daquela dinâmica também, não só da
139 gente estar discutindo só as propostas, mas as palestras. Depois as pessoas
140 iam, acrescentavam. Eu achei tudo muito bacana. Minas estava bem

141 esquecida. Lá a gente estava sendo elogiado. O tempo todo que o André
142 falava, o pessoal do Maranhão, que fala forte, falavam assim: “esse André não
143 é Quintão, é Quentão”. **(RISOS)** “Esse homem ele é danado” **(RISOS)**. Foi bom
144 demais, foi maravilhoso. Eu queria aproveitar o momento, para agradecer esse
145 tempo que eu passei aqui no Conselho. Eu não sei como que vai ser: se vai
146 mudar ano que vem ou não, mas foi muito importante pra mim, muito
147 enriquecedor. É um tempo que a gente aprende muita coisa. Eu adoro todos
148 vocês, agora você Simone, eu te amo. **(RISOS) MARIA:** Tem mais alguém que
149 quer falar? **ÉRICA:** Continuando a fala da Simone. O que aconteceu muito lá, é
150 que os delegados mineiros tomaram posse da conferência. A conferência
151 regional já foi ímpar e a estadual mais ainda. Eles chegaram lá, tomaram
152 posse. Eu acho que eles estavam muito orgulhosos da delegação, por ter
153 Simone, por ter a Maria, por ter o André. Então era aquele orgulho. A Páscoa
154 sentou lá na mesa, a outra menina ajudou coletar os votos. O tempo todo eles
155 se destacaram, foram protagonistas. Eu acho que a conferência foi nacional,
156 mas parecia uma conferência mineira, porque todo tempo estavam todos os
157 mineiros, em todos os lugares, fomos os protagonistas. A gente estava com
158 esse orgulho mesmo de ser essa delegação, e isso foi o tempo todo, do
159 começo ao fim, tanto que o grupo nem morreu ainda, né? O pessoal ainda está
160 mantendo contato. É isso que fez a diferença, o pessoal inteirado das
161 propostas, preocupado com os rumos, com todos os andamentos. Eu acho que
162 eles tomaram posse, essa que foi a diferença. **GESIANE:** Só uma questão que
163 eu acho que é importante, a gente também dar ênfase. O fato do Conselho
164 Estadual, mais a SEDESE, ter garantido a ida, as diárias, para todos os
165 conselheiros, todos os delegados participarem da conferência. Isso também
166 deu aos delegados muita tranquilidade, muita segurança em ir para a
167 conferência, irem de avião. Isso trouxe toda uma diferença. A delegação esteve
168 sempre muito unida, se sentiu muito agradecida, mas claro, entendendo
169 sempre como uma garantia mesmo de um direito, assim: “olha que bacana!
170 Nós fomos e voltamos de avião, garantiram toda a nossa hospedagem, toda a
171 atenção o tempo inteiro”, entendendo que o pagamento desse traslado todo
172 pelo CEAS e pela SEDESE. Foi, de fato, uma garantia de direito para eles. Isso
173 impedeu eles muito mais a se sentirem, de fato, pertencentes desse
174 processo. E pra mim, de modo particular, foi um aprendizado muito grande. De
175 fato, comungo com todos essa questão do orgulho, da união da nossa
176 delegação. Em várias salas tinham mineiros ajudando na relatoria, ajudando na
177 coordenação. Isso foi nítido: a gente viu em várias salas a participação em
178 massa, e um sentimento de pertencimento muito grande. Eu tenho certeza que
179 vieram de uma construção conjunta, desde as conferências municipais onde
180 nós, como Conselho conseguimos dar apoio para o máximo município que
181 podíamos, desde a participação nas palestras, nos apoios via e-mail da
182 secretaria executiva, que está de parabéns. Nas conferências regionais foi um
183 sucesso total, uma experiência nova pra Minas. E claro, a nossa conferência
184 estadual, que foi um sucesso. Não podia ser melhor a nossa participação
185 enquanto Minas Gerais na conferência nacional. Só isso. **MARIA:** Mais alguém
186 quer falar? Quem não foi, quer perguntar alguma coisa? Não é Rodrigo? O
187 Rodrigo não foi, deve pensar: “poxa, eu perdi essa, não é?” **(RISOS)**

188 **CONSOLAÇÃO:** Comungo com todos que falaram. Eu já participei de outras
189 conferências nacionais, mas essa foi muito diferente. Foi um marco pra mim,
190 um divisor também de águas da participação do Estado, não só em termo da
191 qualidade, da organização, até desse sentimento que vem até pra quem
192 trabalha. Eu e Ana Paula sempre falávamos assim: “é muito fácil trabalhar com
193 apoio”. É completamente diferente, a gente faz muito mais com amor. Você
194 sabe que tem uma retaguarda, qualquer coisa podia ligar, as pessoas estavam
195 à disposição. De um problema em uma passagem no feriado, a Flávia lá do
196 setor de compras, ela estava de plantão, disponível, pra ajudar. O secretário
197 colocou a secretaria à disposição, isso é real. Foi muito bom trabalhar assim, e
198 também poder participar. Eu mesma, como convidada, de estar em outros
199 lugares que antes me eram negados. Eu fui para o congresso, eu pude ir lá
200 participar como uma convidada e estar lá. Em outros momentos isso me era
201 negado: o seu papel é esse, você tem que fazer isso. Foi muito boa essa
202 conferência. Eu acho que Minas abriu como uma referência nacional, que eu
203 também me orgulho muito. Eu acho que nós voltamos para o mapa. Tínhamos
204 saído, de uma certa forma, dessa referência. Agora nós voltamos para ser isso
205 nacionalmente. Fomos elogiados pelo Conselho Nacional em reuniões, falaram
206 de como a gente estávamos organizados, participativos. Eu tive a oportunidade
207 de escutar isso deles, elogiando não só a nossa presidente, falando que Minas
208 está com uma equipe maravilhosa, tem a Maria na presidência, o secretário
209 André, vocês estão com a Simone! Nós estamos realmente muito bem.
210 **MARIA:** Marta você também quer falar? “Já que você descascou muito
211 pepino”. **(RISOS) MARTA SILVA:** A gente ainda está descascando pepino, né?
212 As pessoas já falaram, eu queria ir para outro rumo. Eu queria pensar um
213 pouco mais além da infraestrutura, mas pensar na delegação, como que ela
214 veio esse tempo todo sendo apoiada, orientada, desde o fim da conferência
215 estadual. Foi um propósito mesmo, até chegar à nacional. Tinha uma
216 orientação, realmente, de a gente manter todo mundo bebendo ainda daquela
217 experiência da conferência estadual, da gente chegar realmente com o espírito
218 da conferência estadual que a gente fechou e foi muito bonito, da gente
219 carregar esse espírito para a conferência nacional. Eu acho que esse propósito
220 de manter a delegação em contato, animada, querendo discutir, a gente
221 manteve o propósito, o espírito que é das ações democráticas, do direito e da
222 possibilidade do espaço de participação, que é uma conferência. A delegação
223 foi imbuída disso, eu estou representando várias pessoas. Todas as pessoas
224 estavam muito imbuídas disso, eu estou representando muitas pessoas que
225 ficaram, que não puderam ir, e eu tenho que ter essa responsabilidade. Isso
226 era muito interessante nas falas, quando pedíamos para fazer algo em
227 conjunto, a delegação se reunia em um minuto, a gente construía, entrava em
228 acordo, e todo mundo com rumo. Foi muito interessante. Para além das
229 questões de estruturas e apoio, tinha esse espírito de representar Minas,
230 representar as outras pessoas. Parou de ser “eu sou desse município”, “nós
231 somos de Minas Gerais”, foi muito legal fazer essa virada, né? Isso foi muito
232 interessante. **MARIA:** Em relação a nossa avaliação da conferência, ficaram
233 claro quais são os encaminhamentos tomados também na conferência. Eu
234 acho interessante que o grupo continue falando até hoje, sabe? Continua no

235 whatsapp, continua se movimentando. É muito interessante. Passando para o
236 próximo ponto, a gente tem discussões sobre o encaminhamento da nossa
237 conferência. A gente quer fazer uma conversa sobre o que a gente deliberou
238 na Conferência Estadual de Assistência Social. Eu vou passar para a
239 Consolação. Seria bom a gente fazer a leitura, não é? **CONSOLAÇÃO:** A
240 gente, na mesa diretora, tinha conversado sobre como a gente vai fazer o
241 encaminhamento de um acompanhamento dessas deliberações: qual que é a
242 parte dela, o quê que vai compor a questão do Plano Decenal, e aquilo que
243 seria especificamente da responsabilidade direta do Conselho também. Ampliar
244 a oferta e cobertura do serviço, benefícios e programas socioassistenciais em
245 todos os municípios de Minas Gerais, com prioridade a públicos pouco
246 atendidos como população de rua, LGBT, ribeirinhos, indígenas, negros,
247 ciganos, assentados e reassentados, entre outros, debatendo o racismo
248 institucional. Essas deliberações foram por temas. A gente tem 4 (quatro) em
249 cada um desses temas, que é o que foi deliberado das dimensões. As
250 dimensões de dignidade humana, justiça social - princípios fundamentais para
251 consolidação do SUAS no pacto federativo. Então aí, vocês vão ver as que
252 foram do Estado, tá? É a segunda: Aumentar o valor do Piso Mineiro de
253 Assistência Social, garantindo percentual mínimo de 5% (cinco) do orçamento
254 do Estado. Terceira: Garantir no PPA, na LDO e na LOA o aumento do
255 cofinanciamento estadual destinado a PSB (Proteção Social Básica) PSE
256 (Proteção Social Especial) ofertada pelos municípios para os equipamentos
257 públicos da assistência social, considerando para o cálculo as desproteções
258 sociais do município e não o seu porte populacional. E a quarta, a última dessa
259 dimensão: Desenvolver ações e programas para pré-adolescentes, à partir de
260 10 (dez) anos, que estão em risco, dando opções de vida que compensem a
261 sua vulnerabilidade social, garantindo que o Município, Estado e União
262 trabalhem juntos, criando essas ações e programas específicos para essa
263 idade e suas demandas, antes que sejam recrutados pelo trafico de drogas. Na
264 outra dimensão que é a participação social como fundamento do pacto
265 federativo, primeira proposta: Efetivar a política nacional de capacitação
266 prevista na NOB/RH e no SUAS, no que diz respeito a educação permanente
267 dos conselheiros, por intermédio do Plano Estadual de Capacitação, incluindo a
268 secretaria executiva dos Conselhos, os trabalhadores, entidades, usuários e
269 integrantes dos diversos Fóruns, ampliando o seu financiamento de forma que
270 a capacitação seja continuada, regionalizada, na modalidade presencial, se
271 possível, nos próximos municípios ou em regiões próximas; E a distância com
272 a ampliação do número de vagas abordando temas e conteúdos atuais,
273 específicos, com o objetivo de aprimorar e fortalecer o SUAS, o controle social
274 da política, a participação popular; E, por fim, para aproximar a SEDESE dos
275 municípios. Segunda: Promover campanhas para a população em geral sobre
276 o papel do controle social nas políticas públicas, articulando com os espaços
277 coletivos; E divulgar, com linguagem acessível do SUAS, as decisões dos
278 Conselhos e as deliberações das conferências, utilizando estratégias como
279 cartilhas ilustrativas para o público infanto-juvenil, além de outras formas de
280 sensibilização comunitária incentivando a participação social. Terceira: Investir
281 no cofinanciamento, e investir nas equipes volantes e nas prestações de

282 serviços, para atender as demandas de todo município. Quarta: Estabelecer
283 melhor a integração a ampliar a rede de comunicação entre os entes
284 federados, e entre CNAS, CEAS, CMAS; Realizar parceria entre o CEAS e a
285 SEDESE em articulação com a sociedade civil, organizando reuniões e Fóruns
286 Regionalizados e Descentralizados, apoiados por vídeo conferência e outros
287 materiais didáticos, com o objetivo de melhorar a articulação com os Conselhos
288 de Direito e de políticas públicas municipais; Investir em ações objetivas para
289 efetivar os direitos socioassistenciais, valorizar os processos democráticos,
290 dando uma nova direção à institucionalização do controle social. A outra
291 dimensão é a primazia da prioridade do Estado por um SUAS público,
292 universal, republicano e federativo. Primeira: Ampliar o cofinanciamento
293 estadual, visando o aumento dos recursos humanos, com equipes fixas e
294 volantes, para atender a população urbana e rural de forma igualitária, além de
295 possibilitar o uso de recursos para investimento, construção, ampliação,
296 reforma e requisição de material permanente, criando um grupo de trabalho
297 para realização de estudo do custo real do serviço socioassistenciais.
298 Segunda: Propor emenda constitucional garantindo o percentual mínimo de 5%
299 (cinco) de recurso do orçamento do Estado para a política de assistência social,
300 conforme previsto no Plano Decenal, com o aumento progressivo para os
301 próximos anos. Terceira: Desenvolver programa de proteção social aos jovens
302 em situação de vulnerabilidade social, especialmente adolescentes grávidas e
303 adolescentes em situação de rua, garantindo aos mesmos, de acordo com as
304 suas especificidades, acolhida e acompanhamento. Quarta: Implantar e ampliar
305 o financiamento para os serviços de média/alta complexidade para os
306 municípios de porte 1 e 2; E criar serviços regionalizados de média/alta
307 complexidade, sob a responsabilidade e gestão do Estado para atendimento do
308 público alvo. Dimensão qualificação do trabalho do SUAS na consolidação do
309 pacto federativo. Primeira: Proporcionar capacitação continuada de forma
310 regionalizada aos trabalhadores, priorizando os trabalhadores efetivos,
311 gestores e conselheiros do SUAS e demais profissionais, que compõe o SUAS,
312 fundada sobre os princípios da política nacional de educação permanente,
313 valorizando as escutas dos usuários e a realidade local como diretrizes de
314 qualificação do trabalho, contemplando todos os patamares normativos previsto
315 na PNEP do curso de introdução até pós-graduação, ampliando as vagas para
316 a participação de representantes de entidades socioassistenciais, conselheiros
317 municipais e parceiros, com o objetivo para maior compreensão da política de
318 assistência social e para o aprimoramento do serviço. Segunda: Criar
319 permanente negociação que englobe o usuário dos trabalhadores, sindicatos,
320 prestadores de serviços e gestão, conforme a NOB/RH SUAS e resolução nº
321 172/2007 do CNAS, a fim de consolidar direito sociais e trabalhistas com o
322 objetivo de discutir temas como plano de cargos, carreiras, salários, específicos
323 do SUAS, formação e qualificação profissional, jornada de trabalho, saúde do
324 trabalhador, e discutir adicional de insalubridade, periculosidade para quem é
325 de direito. Terceira: Fazer incidência junto aos municípios para estimular a
326 realização de concurso público, para que adequem o quadro de trabalhadores,
327 garantindo a continuidade dos serviços e menor rotatividade dos profissionais.
328 Quarta: Realizar visitas regulares pelas regionais SEDESE, pelos municípios,

329 para assessoramento e realização de debate sobre o cofinanciamento da
330 política de assistência social, Plano Plurianual, Lei Orçamentária Anual, Lei de
331 Diretriz Orçamentária, capacitando todos os trabalhadores do SUAS, incluindo
332 secretários municipais de assistência social. A dimensão assistência social é
333 direito no pacto federativo: Primeira: Criar programas específicos para
334 adolescentes e jovens da área rural, com o objetivo de prevenir riscos sociais e
335 inseri-los no mercado de trabalho. Segunda: Fomentar o ensino de políticas
336 público e direito social nas escolas, com o objetivo de formar pessoas
337 emancipadas capazes de refletir sobre os seus direitos. Terceira: Ampliar a
338 política de educação permanente e valorizar os profissionais, conselheiros,
339 gestores, servidores e profissionais das entidades não governamentais, para
340 garantir o atendimento qualificado aos usuários dos serviços, programas
341 socioassistenciais, prevendo capacitação específica para profissionais do
342 SUAS com relação a orientação e execução do serviço de proteção social
343 básica e especial no domicílio, para pessoas com deficiência e idosa. Quarta:
344 Promover a divulgação das informações em âmbito estadual através dos meios
345 de comunicação de massa e alternativa afetas a proteção básica e especial, à
346 partir de situação reais, respeitando as especificidades locais com linguagem
347 simples e acessível com qualidade, que possibilite aos usuários conhecer os
348 seus direitos, seja no meio urbano ou rural. **MARIA:** Conversando de manhã, a
349 gente tinha avaliado que essas prioridades a gente precisaria ter uma clareza
350 entre nós do que o Conselho teria como responsabilidade em fazer o trabalho
351 de execução, o quê que vai para o Plano Decenal. Eu queria passar para
352 Simone, porque ela fez algumas sugestões, considerando a partir das
353 prioridades do que é responsabilidade do Conselho. Se a gente ler as
354 prioridades, a gente viu que a partir das conferências municipais e regionais, já
355 fica muito claro o que eles cobram, e o que eles exigem do Conselho. Cada um
356 pode sugerir e trazer o que a gente, enquanto Conselho, pode está assumindo.
357 **SIMONE:** Ali estão só as deliberações da conferência estadual, né? Não estão
358 as deliberações das conferências regionais. Fazendo uma leitura geral das
359 deliberações, eu penso que tem 3 (três) coisas que nós devemos discutir, como
360 que nós vamos operacionalizar. Uma delas é o apoio ao Fórum de Usuários.
361 Eu acho que a Maria pode dar um retorno pra nós, tanto do que aconteceu aqui
362 em Minas, quanto o que aconteceu em nível nacional. Essa é uma questão.
363 Outra questão é sobre o Fórum dos Trabalhadores. A Patrícia está aqui e eu
364 acho que ela pode também nos apontar o que está sendo pensado, e como
365 eles acham que o Conselho pode e deve ajudar, nós vamos ter que fortalecer.
366 Ficou claro de que como está baixa a participação das entidades. Eu acho que
367 a Geise pode nos dizer. Essa pauta é uma pauta que ela apareceu em nível
368 nacional. Ninguém falou aqui, mas foi criado o Fórum das Articulações das
369 Entidades, e é um assunto também importante. Tem um tencionamento
370 histórico no âmbito do SUAS, o tencionamento das entidades filantrópicas com
371 as entidades de saúde. Hoje é mais com as entidades de educação e de
372 assistência do que as de saúde. A saúde resolveu lá com o SUS,
373 principalmente as Santas Casas, não é? Esse tencionamento vive aparecendo
374 nos nossos Conselhos Municipais. Uma coisa que eu penso que é para o
375 Conselho Estadual discutir é as URCMAS, que passam ter uma importância e

376 que eu acho que a gente deve se ater. Isso eu penso que são questões, que a
377 gente tem que tomar providências pelas deliberações e pelo tamanho que
378 essas questões ganharam na conferência. Me parece que tem questões ali
379 muito importantes, que devem ser levadas em conta em um planejamento pra
380 10 (dez) anos no Estado. E por fim, já debatemos aqui, mas eu acho que
381 deveríamos retomar presidente, é o monitoramento das deliberações. O
382 monitoramento das deliberações tem a ver também com a devolutiva aos
383 delegados da conferência. É sempre uma reclamação grande, que é
384 convocada só em dois em dois anos. Então me parece que também tem um
385 monitoramento, mas esse monitoramento passa pela gente discutir canais de
386 interlocução com os delegados dessa conferência. Cada dia é mais fácil de
387 comunicar, não é? As redes sociais são muito importantes pra isso. Então o
388 que eu pensei presidente, foi mais nesse sentido. Eu queria perguntar para a
389 Consolação, você trouxe o material da pasta da conferência? Está aqui? Eu
390 queria mostrar para os conselheiros, e chamar a atenção de alguns artigos que
391 estão lá. Então, é isso presidente. **RODRIGO:** Eu queria incluir na fala da
392 Simone, quando ela fala do tencionamento entre nós e o pessoal das entidades
393 lá do setor da educação. Em umas 3 (três) semanas atrás, o secretário André
394 participou de um evento nosso de inclusão produtiva, que tinha um
395 representante da inclusão produtiva lá do Ministério de Desenvolvimento Social
396 e Combate à Fome, Luís Miller, e é o seguinte, vou deixar bem claro, a minha
397 entidade faz parte desse Fórum e nós não vamos arredar o pé do nosso
398 público, é a assistência, é LA, é PSC. Então vocês vão sentir isso mês que
399 vem, por aí. Se o público é feita pela assistência, então o público que a gente
400 vai dar prioridade é o público da assistência. O André esteve lá conosco. A
401 gente participou também, não da mesa, mas a gente estava lá. Algumas
402 pessoas que estavam lá, justificando a dificuldade que é de trabalhar com o
403 público da assistência. Com todo respeito, “um papo de elite” pra gente. Essa
404 dificuldade é pra quem está querendo fazer a política pública de assistência
405 social. **PARTE 2 RODRIGO:** Eu queria dizer que estamos tranquilos, que
406 vamos lutar pelo nosso público sim. O que é de assistência é de assistência.
407 Era isso o que eu queria trazer para vocês, que essa tensão ela vai continuar
408 sim, se for considerado fogo amigo. Isso é problema deles pra lá, porque nós
409 não vamos arredar os nossos pés. Se o público de assistência é o público que
410 vem do Bolsa, das medidas, seja lá de onde for, nós vamos defender, porque
411 está no nosso DNA, na nossa história. Agora, essa tensão, existe mesmo, e a
412 gente vai continuar lutando aí. Eles que se entenda por lá, enfim, isso
413 acontece. Outras instâncias, e outras políticas também, elas tem empurrado,
414 esbarrado, isso pra gente até por fala de autoridades, que é difícil, complicado,
415 que vem reduzindo a conta, as famílias faltam, por isso e por aquilo. A gente
416 está firme nessa luta de manter o nosso público na assistência. É isso,
417 obrigado. **MARIA:** Muito bem, Rodrigo. Mais alguém quer falar nessa lógica da
418 discussão da proposta? **CRISTIANE:** Boa tarde a todos. As propostas, eu não
419 sei se posso dizer comparadas, mas, assim, foram riscadas ou repensadas,
420 aquelas que já saíram de conferência anteriores? Ou essas são inéditas?
421 Nunca apareceram, jamais. **MARIA:** Essas aqui são as prioridades da nossa
422 conferência estadual. **CRISTIANE:** Sim, eu entendi. Elas já apareceram em

423 uma conferência estadual anterior? Na nona, na oitava, na sétima, na sexta,
424 por exemplo. **MARIA:** Simone, você sabe falar sobre isso? **CRISTIANE:**
425 Porque eu acho que o monitoramento talvez fizesse por aí, não é? Eu acho que
426 é a gente entender, pra gente dar esse retorno para os delegados, que isso
427 apareceu talvez na nona, e o quê que já tem de iniciado. Alguma coisa, de
428 repente, já pode ter sido começado a discutir, sabe? E a gente entendendo que
429 fosse nova, e na verdade, talvez, já aconteceu alguma coisa, uma amarra, uma
430 discussão, foi pautado em algum lugar. Eu acho que talvez o monitoramento
431 comesse nisso, pra dar esse retorno, inclusive para os delegados. **MARIA:**
432 Lembrando que ela já está dizendo como que o monitoramento deve ser feito,
433 né? Muito bem. Antes da Simone falar sobre o material, ela fez o
434 questionamento sobre os nossos Fóruns. Primeiro então eu vou começar pelo
435 o de usuário, que no caso, a nossa conferência estadual a gente fez a plenária
436 estadual dos usuários, aonde a gente considerou a criação do Fórum Estadual
437 de Usuário, em algumas dimensões. Hoje a gente tem a ata que foi feita dessa
438 criação, nós temos a nossa carta que foi lida, eu não sei se vocês lembram, e a
439 lista de presença de quem participou daquele momento. Contudo, no
440 encaminhamento no seguinte nível, todos os usuários que estavam
441 participando do plenário, eles se colocaram todos à disposição de fazer parte
442 do Fórum. Então a gente não teria um Fórum somente, a gente teria uma
443 assembleia permanente. Foi muito bom, porque, naquela construção, a gente
444 pegou representação de diversas regiões, e formamos uma comissão menor.
445 Essas ficaram definidas que a gente sentaria, pra poder construir as estratégias
446 de como garantir o funcionamento do Fórum, porque o Fórum só é Fórum se
447 reunir e debater. Hoje, conversando aqui, entendemos que é necessário que
448 isso se consolide, uma vez que agora a gente já tem separado como aconteceu
449 na nacional. Isso aconteceu na nossa estadual, então a gente tem nesse nível,
450 considerando que, no caso de Minas, tem eu e o Samuel. O Samuel era do
451 Fórum Nacional, naquele momento, como eu era usuária e estava no Conselho
452 Estadual. Nós dois ficamos de fazer essa conversa no Conselho, com a
453 Simone, com o André, pra gente pensar uma estratégia, de como a gente
454 reunir as pessoas que participaram daquele momento, pra gente poder pensar
455 as diretrizes à partir daí, dessa estratégia. No dia que fizemos a nossa plenária
456 dentro da conferência estadual, uma das coisas que ficou definida entre nós
457 usuários ali presentes, é que nós estaríamos presentes no Conselho Estadual.
458 Uma das formas que a gente teria que fazer o debate era via Conselho
459 Estadual, e que a gente faríamos isso não como conselheiro, mas que as
460 nossas discussões iam perpassar pela pauta do Conselho. A gente queria
461 trazer as nossas discussões dos Fóruns para a pauta do Conselho, senão não
462 teria muito sentido a gente ter um Fórum isolado, que o Conselho não teria
463 dimensão do que estaríamos discutindo e em que pé a gente está andando. A
464 gente queria de alguma forma, fazer essa sintonia. Ter as informações do que
465 acontece no Conselho, mas que o Conselho pudesse ter acesso sobre a nossa
466 pauta de usuário. A proposta é construir de forma, e como essas situações vão
467 se dando. Só pra fechar esse momento, quero dizer que, no que tange o
468 monitoramento dessas prioridades, devemos garantir que tenhamos as
469 orientações na condição de monitoramento dessas prioridades, porque,

470 enquanto Conselho, a gente precisaria estar garantindo o monitoramento
471 dessas prioridades. Eu não sei como podemos fazer isso, mas, de repente,
472 poderíamos indicar uma das comissões que já temos no Conselho, ou criar
473 uma comissão pra fazer esse monitoramento. Eu acho que isso seria no
474 decorrer desses próximos 2 (dois) anos que possam vim. Geise, você quer
475 falar do Fórum das Entidades? **GEISIANE:** Na verdade Maria, eu queria que
476 você desse algum repasse desses momentos que você participou. Eu fui uma
477 das representantes da delegação que esteve presente na solenidade do Dep.
478 Eduardo Barbosa na Câmara, infelizmente foi no mesmo horário. Eu conversei
479 somente por alguns minutos com você, Maria, sobre as propostas, e também
480 com a outra representante da Cáritas que participou desse momento. Eu queria
481 que você desse, por favor, esses repasses dos pontos principais que você
482 esteve presente. **MARIA:** No que tange a proposta do Fórum de articulação
483 com as entidades, eles me convidaram como usuária mesmo pra acompanhar
484 as discussões deles. Imagino eu que eles fizeram esse convite justamente pela
485 minha participação na abertura, e eles se sentiram, segundo eles,
486 representados na minha fala. Eu achei interessante ir participar. Considerando
487 que o momento da discussão foi muito rápido, porque a proposta mesmo da
488 reunião era justamente definir se as entidades criariam ou não o Fórum de
489 Entidades, uma vez que os usuários já tinham criado, e os trabalhadores já
490 estavam bem articulados. Portanto, as entidades entendiam que no âmbito do
491 Conselho Nacional, elas estão mais que articuladas, para garantir que a
492 atuação das entidades não só dentro do Conselho, mas também fora do
493 Conselho, não perdesse referência. Isso o que a Simone coloca é uma das
494 questões que fica muito evidente na discussão, que é essa questão das
495 entidades que faz assistência social. Na concepção das entidades, vocês
496 representantes de entidades podem falar mais do que eu, a minha percepção,
497 participando do momento lá, foi que há um direcionamento muito forte de que
498 quem sempre fez assistência social nesse país foram as entidades. As
499 entidades se fecham muito nisso. Então quem começou a fazer a assistência
500 social foram nós, e agora a gente não arreda o pé, queremos nos fortalecer.
501 Eles vão se reunir no ano que vem, pensando no processo já de eleição. Então
502 o que ficou foi isso. A proposta também é de fazer um controle e fortalecer
503 essa questão de capacitação de recurso para as próprias entidades. Alguém
504 quer falar do Fórum dos Trabalhadores? **ÉRICA:** O Fórum dos Trabalhadores
505 houve um fortalecimento, acredito que são 2 (dois) ou 3 (três) Estados que não
506 tem Fórum Estadual de Trabalhadores. Chamaram todos, então tinham desde
507 Tocantins, que era o mais novo, até todos os Estados, com todas as profissões
508 representadas. Enquanto Fórum Estadual de Minas, isso é uma avaliação
509 minha, eu acredito que a gente está muito tensionado, muito focado na região
510 metropolitana e Belo Horizonte. A gente tinha essa dificuldade de fazer os
511 Fóruns Regionais no interior do Estado e os Fóruns Municipais. O Fórum
512 Estadual pegou e falou que vamos ter que montar o Fórum Estadual, porque
513 senão a gente não vai conseguir vim do interior para a capital, a gente vai ter
514 que fazer o contrário, tem que ser de capital para o interior. Então assim, tem
515 esses dois lados, foi até o que a Lúcia diz um dia: Tem os trabalhadores
516 interessados, mas tem uns também que se o gestor não empurrar, não sai. Eu

517 vou pautar isso na próxima plenária do CRP também, porque tem umas
518 questões internas que a gente vai precisar conversar enquanto CRP, a questão
519 do Ítalo mesmo e tal. Então a gente vai precisar conversar enquanto CRP,
520 enquanto representação do CRP e do CEAS. A plenária vai ser no fim de
521 janeiro. Eu vou pautar tudo o que aconteceu na conferência nacional e os
522 encaminhamentos, eu trago pra cá na plenária de fevereiro o que foi deliberado
523 lá enquanto CRP. **MARIA:** Mais alguém? Como encaminhamento, nós temos a
524 necessidade de fortalecer as URCMAS, que a Simone trouxe, a necessidade
525 de garantir a organização e a participação social dos usuários, dos
526 trabalhadores e das entidades, isso através dos Fóruns inclusive, fazer o
527 monitoramento das nossas propostas que saíram como prioridades da
528 conferência estadual, e, pra isso, a gente precisa criar um grupo de pessoas,
529 que faça esse monitoramento no decorrer dos 2 (dois) anos. Tem mais?
530 **(VOZES AO FUNDO)** A gente já tem várias comissões no Conselho, a gente
531 faz indicação entre as comissões que já temos? Porque vai ser entre os
532 conselheiros mesmo. O quê que vocês sugerem? **SIMONE:** Nós temos essas
533 duas alternativas. Se fizer mais uma comissão, nós não poderíamos nos reunir
534 no horário das comissões normais, né? Nós teríamos que reunir em outro
535 horário. Outro horário significa ou reunir a noite, ou reunir de manhã, que tem
536 reunião da mesa diretora. Então nenhum membro dessa comissão poderia
537 estar na mesa diretoria. Eu penso que se for pra fazer uma comissão pra
538 acompanhar, monitorar, eu penso que a gente podia ver um pouco o modelo de
539 como o Conselho Nacional fez. Eu acho que a comissão do Conselho Nacional,
540 ela não é uma comissão permanente, ela não se reúne todo mês, ela pode se
541 reunir de 2 (dois) em 2 (dois) meses, 3 (três) em 3 (três) meses, mas eu não
542 sei qual que é o melhor modelo, sinceramente, ou se a gente incorpora essa
543 temática na comissão de política. É uma saída também. Eu acho que a gente
544 tem que avaliar aqui o que é melhor pra nós. Uma questão que essa comissão
545 vai ter que discutir é a metodologia, que a conselheira até já levantou, uma
546 proposta, uma forma, de você fazer o monitoramento. De qualquer forma, eu
547 não sei. **MARIA:** Eu queria sugerir que em fevereiro a gente fechasse isso,
548 considerando que em janeiro a nossa proposta é de não ter plenária. Eu acho
549 interessante realmente que fosse a comissão de política, mas seria importante
550 que outras pessoas que não estão na comissão de política pudessem também
551 se juntar. É por isso que eu acho que em fevereiro a gente podia fechar isso,
552 porque a gente, inclusive, vai analisando melhor nesse recesso, etc. Pode ser
553 assim? **SILVANA:** Eu queria esclarecer uma questão enquanto dessa
554 comissão. Seria uma comissão de monitoramento das deliberações anteriores,
555 não é isso? A conselheira colocou da questão do planejamento, e eu faço a
556 mesma pergunta. Nós temos um planejamento anterior a esse, que nós vamos
557 fazer do Decenal? Que a gente possa monitorar ou já estivesse monitorado?
558 Pra gente ver inclusive se essas deliberações elas são recorrentes. Entendeu a
559 minha questão? **MARIA:** Sim. **SILVANA:** Existe esse planejamento anterior?
560 **MARIA:** É justamente isso que a gente quer que a comissão faça, é pegar as
561 prioridades e ver o que a gente tem, o que está acontecendo, o que precisa, e
562 comparar. Então esse vai ser o papel dessa comissão. A proposta aqui é que a
563 gente defina se vai ser exatamente na comissão de política, ou como essa

564 comissão vai funcionar, agregando inclusive outras pessoas de outras
565 comissões, em fevereiro. **SILVANA:** Entendi. **MARIA:** Está certo? **SILVANA:**
566 Certo. **CONSOLAÇÃO:** O Estado de Minas não fez o Plano Decenal anterior.
567 **(VOZES AO FUNDO)** Mas aquele Plano Decenal não foi feito com aquelas
568 propostas da conferência à época. Tem o Plano, mas não tem daquele jeito
569 que foi na época orientado. Tem as deliberações das conferências, inclusive
570 tem isso já analisado de vários anos. **MARIA:** A proposta então é que quem vai
571 fazer o monitoramento, vai fazer isso. Vocês observaram que tem muita
572 capacitação? Vejam que a gente aprovou no Conselho o Capacita SUAS.
573 Então, assim, essa comissão vai ter esse papel de ver onde que essas
574 prioridades já estão andando, ou não. **CRISTIANE:** Em relação a essa questão
575 da formação mesmo, se mantém na comissão de política, ou se cria uma
576 comissão. Eu entendo que é extremamente importante terem outras, talvez na
577 comissão de política ter colaboradores, não sei como seria isso. Existem
578 determinados pontos ali, que vão incidir em cima de outras comissões, e que,
579 às vezes, a comissão de política não está no meio da discussão entende?
580 Então eu acho que seria interessante ter uma representação das outras
581 comissões também Eu não sei se talvez coordenadores de comissão, ou se
582 não seriam colaboradores. Eu acho que é importante ser multidisciplinar,
583 multiconselheiro, não sei dizer como. **MARIA:** Então eu acho que esse será o
584 caminho. Alguém tem mais alguma dúvida? Ficou claro agora, não é?
585 **SIMONE:** Foi apresentado na conferência nacional, um estudo feito pela
586 professora Aldaise Rosat, com o Núcleo de Pesquisa da Assistência Social,
587 que está no material da conferência que chama SUAS 10 – Diversidade no
588 SUAS, realidade, respostas e perspectivas. Aqui tem um análise que eles
589 fizeram com base nas informações hoje existentes no SUAS das diversidades,
590 tanto nas regiões Sul, Sudeste, Centro Oeste, Nordeste, mas também para
591 dentro dos Estados. Então a gente já tem um bom material para discussão do
592 Plano em Minas Gerais. Isso é uma das coisas que eu queria chamar a
593 atenção. O Ministério mandou o material só de Minas Gerais, também. Então
594 nós temos aqui o material que é importantíssimo pra gente discutir aqui, no
595 Conselho Estadual e na própria SEDESE, que é uma avaliação mesmo da
596 implantação do SUAS no nosso Estado. Outra coisa que eu queria chamar a
597 atenção, e que a gente não falou aqui, é que o Fórum dos Trabalhadores de
598 Nova Lima ganhou o prêmio de Boas Práticas de Controle Social do CNAS.
599 Eles concorreram com o Brasil inteiro, e ganharam muito pela atuação do
600 Fórum. Aqui no Conselho eu nem sei quantas vezes eles tiveram no passado.
601 Eles realmente merecem todo o nosso reconhecimento e destaque. Teve um
602 jornal da conferência, falando só sobre uma reportagem bem bacana que eles
603 fizeram aqui sobre o Fórum dos Trabalhadores de Nova Lima. Com relação ao
604 controle social, alguns conselhos têm editado cartilhas muito interessantes.
605 Tem uma que é a “Orientação acerca dos Conselhos e controle social da
606 Política Pública de Assistência Social”, que é bem bacana, que orienta bem os
607 Conselhos e sua estruturação. E também, tem dois materiais muito
608 importantes, viu conselheiro Rodrigo? Principalmente para a nossa comissão.
609 Um dos materiais é a resolução comentada, a que institui os Conselhos de
610 assistência social como controle social do Bolsa Família. É a resolução nº 15,

611 de 05 de junho de 2014. A outra é a resolução nº 14, de 15 de maio de 2014.
612 Eles comentaram a resolução, na verdade, eles publicaram né? Todas as duas
613 já estavam comentadas. É a resolução que orienta a inscrição das entidades
614 nos Conselhos de assistência social. É bem bacana também esse material. E
615 também gente, o Ministério e o Conselho editaram uma publicação da pesquisa
616 que foi feita pelo IBGE, sobre as entidades de assistência social privadas sem
617 fins lucrativos no Brasil. Os dados são de 2014 e 2015. É também um material
618 bastante importante. Com relação à gestão do trabalho e a capacitação,
619 também tem 2 (dois) materiais chamados “Gestão do trabalho e educação
620 permanente do SUAS em pauta”, e também “O Capacita SUAS – desafios da
621 educação permanente do SUAS no Brasil”. Eu tive o orgulho de ajudar a
622 organizar esses materiais, que saíram agora na conferência nacional. Tem um
623 material aqui bem importante pra nós, que quem for se debruçar por esses
624 temas, tem um material aqui bem importante. E é claro, vocês sabem como a
625 Consolação é, ela trouxe todos os jornais que saíram na conferência nacional,
626 de todos os dias. Então tem um material bem importante, e que está aqui no
627 Conselho Estadual. Eu acho que vai nos ajudar bastante no nosso debate.
628 **(VOZES AO FUNDO) CRISTIANE:** Pois é. A entidade premiada também, e
629 que na verdade teve até uma divisão no prêmio, porque teve um empate e o
630 Conselho achou melhor assim, também é mineira. Eu fico muito feliz, eu faço
631 parte dela. O padre Márcio que foi receber da instituição do Júlio, e que eu faço
632 parte. Eu fico muito feliz, porque o prêmio foi para um projeto que eu faço parte
633 que é a assessoria técnica, que é o nosso assessoramento de defesa dos
634 direitos. E aí, é isso. Eu fiquei super feliz por ser uma coisa que eu não tinha
635 feito. O caderno cidadania, que está dentro da ação de assessoramento e
636 defesa de garantia de direito, a gente tem uma vinculação no Brasil todo,
637 inclusive ele vai encartado de uma revista do Sacramentinos, que é até
638 internacional. Ele tem esse encarte, ele é mensal, e nós temos uma distribuição
639 inclusive com uma parceira da Secretaria Municipal de Assistência Social,
640 distribuimos eles em todos os CRAS de Belo Horizonte. Hoje ele é distribuído
641 para o usuário. Nós estamos com essa parceria, inicialmente por causa da
642 questão da AMAS. As técnicas de assessoria de comunicação estão saindo,
643 porque eram todas contratadas, não tinham essa função prevista no quadro.
644 Então a parceria na verdade, nós vamos ficar ainda aguardando o quê que
645 poderia ser feito. Essa parceira começou com uma conversa com o CMAS, que
646 era para publicar mesmo questões de interesse da assistência social. É um
647 interesse do Sacramentinos a manutenção desse projeto, que já tem 11 (onze)
648 anos. Eu acho que esse Conselho poderia muito contribuir. A gente conseguir,
649 talvez, pautar aqui algumas temáticas, que a gente pudesse publicar no
650 Caderno de Cidadania. As portas sempre estiveram abertas, o Júlio está muito
651 ligado a outra ação que é a “Página Cidadã”, que fica no Alto do Caparaó,
652 inclusive ele mesmo que organiza as matérias, ele se tornou digital. Eu estou
653 mais ligada ao “Caderno da Cidadania”, porque ele é rodado aqui em Belo
654 Horizonte. O Júlio publicava muita coisa do estadual na “Página Cidadã”, e a
655 gente mais no municipal, que era onde eu tinha mais contato. Agora eu acho
656 que vai dar uma invertida, né? É isso. O “Caderno Cidadania” está aberto. Eu
657 acho que até para entidades e outras instituições aqui representadas, que vão

658 falar da assistência social, é de interesse. Então está aberto. O projeto agora é
659 premiado, e a gente fica muito feliz por isso. **(APLAUSOS) MARIA:** Muito bem.
660 Antes de passar para o próximo ponto, quero dizer pra vocês, se vocês
661 concordarem. Nós estávamos com um pensamento, se possível, a gente dar
662 conta da pauta e dos informes das comissões, de fazer as conversas sobre o
663 que teria na pauta das comissões, a gente encerrar hoje. Tem alguém contrário
664 a essa proposta? Porque nós não vamos atrapalhar nada, só achamos que
665 vamos dar conta, considerando que as discussões das comissões são
666 tranquilas. Vocês entenderam? Só tem duas comissões, inclusive. A
667 Consolação vai ler os informes das duas, que é das resoluções 543 e 544. A
668 gente vai fazer um informe que dispõe sobre a aprovação dos critérios de
669 elegibilidade de partilha de recurso do Fundo Estadual de Assistência Social do
670 ano de 2015, para estruturação da rede socioassistencial privada prestadora de
671 serviço e de proteção social especial de alta complexidade. Essa é referente a
672 543. Nós temos aqui também a 544, que dispõe sobre critérios de elegibilidade
673 e partilha de recurso de incentivo financeiro para melhoria da qualidade de
674 gestão e serviço socioassistencial de prestação social especial de alta
675 complexidade, por meio do repasse de recurso do Fundo Estadual de
676 Assistência Social para Fundos Municipais de Assistência Social. Eu queria já,
677 aproveitar a oportunidade e dizer pra vocês que as duas resoluções nós
678 conversamos muito, a Consolação, eu e Simone. A gente fez a publicação das
679 resoluções pela questão da emergência, da necessidade, do período. A gente
680 não teria plenária e a gente não poderia perder o prazo de garantir o repasse
681 dos recursos. Mas mesmo assim, a gente vai fazer a leitura direito, pra que
682 todo mundo tenha ciência do processo. **SIMONE:** Eu vou explicar. Nós fizemos
683 uma reunião da CIB, no mês passado. Um dia antes da reunião da CIB, o
684 nosso secretário me chamou e me falou que ele tinha conseguido a liberação
685 pelo governo do Estado de uma emenda da Comissão de Participação Popular.
686 Ano passado foram 3 (três) emendas da Comissão de Participação Popular. Eu
687 não sei se os conselheiros aqui conhecem, mas a Comissão de Participação
688 Popular ela é uma comissão da Assembleia Legislativa, e que ela reúne os
689 movimentos todas as vezes que vão discutir o PPA, PPAG. Os movimentos
690 então entram com demandas para o orçamento do governo do Estado, e
691 algumas dessas demandas são incorporadas. Em 2014 a Comissão de
692 Participação Popular incorporou 3 (três) emendas da comissão para o SUAS,
693 que foram para o Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS. Uma delas,
694 que é pra proteção básica, é para estruturação das equipes volantes,
695 basicamente para a compra de veículos. Tem muitas equipes que existem no
696 município, mas não tem transporte. As outras emendas, uma é da proteção
697 especial social de alta complexidade para municípios, e a outra é para
698 entidade. É isso, não é Isabela? A da média para municípios e a alta para
699 entidade. Não, na verdade, as dos municípios é media e alta, você lembra? Eu
700 até falei isso na CIB e vou repetir aqui. Como não tem uma tradição na
701 SEDESE de operacionalizar emendas, principalmente advindas de Comissão
702 de Participação Popular, elas ficaram lá sem planejamento, sem partilha e sem
703 proposta para elas. Como o nosso secretário foi presidente da Comissão de
704 Participação Popular, ele também se empenhou bastante pra que essas

705 emendas fossem disponibilizadas, pelo valor que elas têm de luta, dos
706 movimentos, enfim. Então ele me chamou lá, nós fizemos uma proposta. Nesse
707 momento ele tinha conseguido os recursos para a emenda da alta
708 complexidade para as entidades, foi a primeira que foi liberada. Nós fizemos a
709 proposta, levamos para a CIB, pactuamos uma resolução e ficamos em stand
710 by, em que sentido? No sentido de que se fato concretizasse a liberação
711 financeira, nós então operacionalizamos essa resolução. Como ele conseguiu
712 de fato, eu liguei para a nossa presidente, o Conselho já estava sabendo por
713 que estava na pauta da CIB, e nós então, agradeço muito a presidente, que
714 compreendeu. Vocês vão ver aí gente, o que nos tranquiliza é que ela foi feita
715 em cima de discussão já existente no Conselho, que é o atendimento das
716 entidades que ofertam unidades de acolhimento. Isso já está presente no Plano
717 Estadual de Regionalização. Então essa é a primeira. A segunda, nosso
718 secretário conseguiu a liberação dela uma semana antes da conferência
719 nacional, né Maria? Eu liguei para a Consolação e falei com ela. Como a Maria
720 estava em uma reunião com a educação lá na cidade administrativa, eu
721 aproveitei o horário de almoço dela pra conversar com ela. Eu não sei se vocês
722 conhecem, mas a emenda vem descrita nela pra quê que ela é. Essa outra é
723 para municípios, não é para entidades. Nós fizemos uma resolução bem
724 parecida com que a gente fez para as entidades, só que aí para os municípios,
725 que eles mesmos têm abrigo, unidade de acolhimento da própria prefeitura.
726 Vocês vão ver que as resoluções elas não são iguais, porque não tem jeito,
727 mas elas têm parâmetros parecidos. Então eu mandei para a Júlia, o
728 COGEMAS fez sugestão, também discuti com a presidente Maria. Nós então
729 publicamos as resoluções, pra que a gente pudesse dar publicidade a partilha
730 de recursos. A Consolação vai ler as duas resoluções. Nós já estamos
731 praticando essas resoluções. Eu não sei se os conselheiros sabem, mas o ano
732 financeiro ele acaba no final do ano. Então, se você não empenhar o dinheiro
733 rápido, você não consegue pagar depois esse recurso. Nós não queremos de
734 jeito nenhum que uma emenda da Comissão de Participação Popular, ela fique
735 sem executar. É muito ruim isso, principalmente quando se trata de emendas
736 ao orçamento. A Isabela está lembrando aqui que não é serviço continuado,
737 isso tem que ficar claro aqui. É uma parcela única, é um apoio para melhoria da
738 gestão, na verdade é isso. É um pequeno recurso, mas bastante importante
739 para várias entidades, e para os municípios que estão sendo abrangidos por
740 essa resolução. Todos são municípios de pequeno porte, é aonde esse
741 dinheiro de fato vai fazer a diferença. Se alguém quiser complementar. **MARIA:**
742 Deixa a Consolação ler, aí depois complementa. **CONSOLAÇÃO:** Resolução
743 543/ 2015 – CEAS/MG - Dispõe sobre aprovação dos critérios de elegibilidade
744 e partilha dos recursos do Fundo Estadual de Assistência Social do ano de
745 2015, para a estruturação da rede socioassistencial privada prestadora de
746 serviços de proteção social especial de alta complexidade. A presidente do
747 Conselho Estadual, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Estadual,
748 pelo Regimento Interno e pela NOB/SUAS, e considerando o Estatuto da
749 Criança e do Adolescente – ECA, considerando a Lei Orgânica da Assistência
750 Social – LOAS, considerando a Lei Estadual que dispõe sobre a política
751 estadual de assistência social cria o Conselho Estadual de Assistência Social.

752 **(VOZES AO FUNDO)** Pula os considerando. Pode? Então tá. Resolve, ad
753 referendum: Art. 1º Aprovar os critérios de elegibilidade e partilha dos recursos
754 do Fundo Estadual de Assistência Social do ano de 2015, para a estruturação
755 da rede socioassistencial privada prestadora de serviços de proteção social
756 especial de alta complexidade. Art. 2º O repasse de recursos para entidades
757 socioassistenciais prestadoras de serviços da proteção social especial de alta
758 complexidade tem como objetivo estruturar as unidades de acolhimento
759 institucional e a qualificar os serviços especializados do SUAS, conforme
760 diretrizes previstas no Plano Estadual de Regionalização da Proteção Social
761 Especial. Parágrafo único. A estruturação da rede socioassistencial visa ao
762 aprimoramento da oferta de proteção especializada para a população em
763 situação de risco e vulnerabilidade social que vivencia situações de ameaça ou
764 violação de direitos, a fim de contribuir para a reconstrução de vínculos
765 familiares e comunitários fragilizados, atuando no fortalecimento das
766 potencialidades e aquisições das famílias e na proteção contra situações de
767 violação de direitos. Capítulo I Dos critérios de elegibilidade. Art.3º Os recursos
768 orçamentários e financeiros disponíveis serão destinados para até 20 entidades
769 socioassistenciais prestadoras de serviços de acolhimento institucional,
770 considerando as prioridades: I – Entidades que ofertem Serviço de Acolhimento
771 Institucional para crianças e adolescentes oriundas de mais de um município; II
772 – Entidades que ofertem Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e
773 adolescentes; III – Entidades que ofertem Serviço de Acolhimento Institucional
774 para pessoas idosas; IV – Entidades que ofertem Serviço de Acolhimento
775 Institucional para outros públicos. Art.4º As entidades socioassistenciais
776 elegíveis deverão estar localizadas prioritariamente em um dos seguintes
777 Territórios de Desenvolvimento: I – Vale do Rio Doce; II – Médio e Baixo
778 Jequitinhonha; III – Mucuri; IV – Alto Jequitinhonha; V – Norte; VI – Vale do
779 Aço; VII – Vertentes; VIII – Caparaó; IX – Central; X – Metropolitano. **(VOZES**
780 **AO FUNDO)** Parágrafo único. Os territórios citados no caput do artigo foram
781 indicados, conforme priorização estabelecida no Plano Estadual de
782 Regionalização da Proteção Social Especial para implantação dos CREAS
783 regionais até o ano de 2016, baseada no Índice de Vulnerabilidade
784 Socioeconômica Municipal. Art. 5º As entidades deverão atender aos seguintes
785 requisitos: I – Estar registrada no Censo SUAS 2014, ou na listagem
786 apresentada pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça das
787 Crianças e dos Adolescentes na data de 07 de maio de 2015; II – Estar em
788 conformidade com as exigências legais para celebração de convênios com o
789 governo estadual; III – Apresentar toda a documentação necessária no prazo
790 definido pela SEDESE. Parágrafo único. Será utilizado como critério de
791 desempate o tempo de existência da entidade, dando-se prioridade para a
792 entidade que tiver o maior tempo de existência. Capítulo II Do repasse de
793 recursos Art.6º O repasse de recursos se dará por meio de celebração de
794 convênio com a SEDESE. Art.7º O repasse partirá da dotação orçamentária,
795 esta que está posta. Art.8º O valor a ser repassado para as entidades será
796 definido de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do FEAS, e
797 será repartido igualmente entre as entidades elegíveis, e que cumprirem o
798 disposto no Art. 5º. Capítulo III das responsabilidades Art.9º Caberá às

799 entidades conveniadas: I - Firmar Termo de Aceite com o órgão gestor estadual
800 de assistência social para adesão à Central de Acolhimento; II – Prestar
801 esclarecimentos e informações solicitadas pelo governo estadual; III –
802 Reordenar o serviço ofertado em conformidade com as normativas do SUAS.
803 Art.10. Caberá ao Estado: I – realizar o repasse de recursos conforme
804 disposições dos artigos 6º a 8º; II - monitorar execução do convênio. Art.11.
805 Caberá aos Municípios sede das entidades elegíveis: I – referenciar e contra
806 referenciar o serviço de proteção social especial de alta complexidade em seu
807 território; II - monitorar a execução do serviço ofertado em seu território. Art.12.
808 O plano de trabalho do convênio será elaborado conjuntamente pelo Estado,
809 entidade e município. Art.13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua
810 publicação. Foi em 27 de novembro de 2015. A Cristiane fez destaque no art.
811 4º. **CRISTIANE:** É só uma dúvida mesmo, porque está enumerado, e eu não
812 sei se é por questão mais jurídica de compreensão mesmo da resolução, ou se
813 tem uma prioridade mesmo nessas regiões. **ISABELA:** Na verdade, não. A
814 ordem que elas estão colocadas é a mesma que está no Plano de
815 Regionalização. O caput do artigo coloca prioritariamente que qualquer uma
816 dessas regiões, mas nem fecha, por quê? Como a gente estava
817 acompanhando o caso muito apertado, a ideia é priorizar as entidades que
818 estão nos territórios que vão ser abrangidos pela regionalização, mas a gente
819 não fechou, porque podem existir outras entidades que já tivessem com a
820 documentação mais em dia, que tivesse o interesse de realizar essa parceria
821 com o Estado. Elas também poderão estar aptas para receberem. A ideia da
822 prioridade é chegar várias entidades que conseguissem reunir, a prioridade
823 seria dada para as que estão nessas dez, mas não exclui. **MARIA:** Mais
824 alguma dúvida? Se vocês observaram, a resolução tem como principal objetivo
825 garantir que o recurso seja executado. Se não existisse essa resolução, nós
826 iríamos perder o recurso. Eu acho que é fundamental o processo de garantir,
827 agora, as entidades que vão ser não é isso que está em discussão. Podemos
828 considerar como referendado essa resolução 543? A próxima leitura,
829 Consolação. **CONSOLAÇÃO:** Resolução 544/ 2015. Dispõe sobre critérios de
830 elegibilidade e partilha de recursos de incentivo financeiro para melhoria da
831 qualidade da gestão de serviços socioassistenciais de proteção social especial
832 de alta complexidade, por meio do repasse de recursos do Fundo Estadual de
833 Assistência Social para Fundos Municipais de Assistência Social. Então, da
834 mesma forma, eu vou pular os considerandos. Resolve, ad referendum: Art.1º
835 Aprovar os critérios de elegibilidade e partilha para o repasse de recursos a
836 título de incentivo financeiro para melhoria da qualidade da gestão de serviços
837 socioassistenciais de proteção social especial de alta complexidade, do Fundo
838 Estadual de Assistência Social – FEAS para Fundos Municipais de Assistência
839 Social - FMAS. Art.2º O repasse de recursos de que trata o art. 1º observará os
840 critérios, procedimentos e parâmetros definidos nesta Resolução. Art.3º Os
841 municípios elegíveis deverão estar localizadas prioritariamente em um dos
842 seguintes Territórios de Desenvolvimento: São os mesmos já lidos. Parágrafo
843 único. Os territórios citados no caput do artigo foram indicados conforme
844 priorização estabelecida no Plano Estadual de Regionalização da Proteção
845 Social Especial para implantação dos CREAS regionais até o ano de 2016,

846 baseada no Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica Municipal. Art.4º Os
847 municípios elegíveis deverão atender aos seguintes requisitos: I – Ser de
848 pequeno porte; II - Possuir unidade municipal de acolhimento institucional
849 registrada no Censo SUAS 2014, ou na listagem apresentada à CIB pelo
850 Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça das Crianças e dos
851 Adolescentes na data de 07 de maio de 2015; III – Estar em conformidade com
852 o Art. 30 da Lei Orgânica da Assistência Social; IV – Firmar Termo de Aceite e
853 novo Plano de Serviços com o órgão gestor estadual da assistência social, e
854 apresentar documentação adicional solicitada, nos prazos definidos pela
855 SEDESE; V – Não receber cofinanciamento federal para a Proteção Social
856 Especial de alta complexidade. Art.5º O repasse de recursos para municípios,
857 para incentivo à melhoria da qualidade da gestão dos serviços de proteção
858 social especial de alta complexidade, tem como objetivo estruturar as unidades
859 públicas de acolhimento institucional para crianças e adolescentes e qualificar
860 os serviços especializados do SUAS, conforme diretrizes previstas no Plano
861 Estadual de Regionalização da Proteção Social Especial. Parágrafo único. A
862 estruturação da rede socioassistencial pública visa ao aprimoramento da oferta
863 de proteção especializada para a população em situação de risco e
864 vulnerabilidade social que vivencia situações de ameaça ou violação de
865 direitos, a fim de contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e
866 comunitários fragilizados, atuando no fortalecimento das potencialidades e
867 aquisições das famílias, e na proteção contra situações de violação de direitos.
868 Art.6º Os recursos orçamentários e financeiros disponíveis serão destinados
869 para municípios que atendam aos critérios estabelecidos nessa Resolução, e
870 que possuam unidades municipais prestadoras de serviços de acolhimento
871 institucional, considerando as prioridades: I – Unidades que ofereçam Serviço de
872 Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes oriundas de mais de um
873 município; II – Unidades que ofereçam Serviço de Acolhimento Institucional para
874 crianças e adolescentes; III – Unidades que ofereçam Serviço de Acolhimento
875 Institucional para pessoas idosas; IV – Unidades que ofereçam Serviço de
876 Acolhimento Institucional para outros públicos. Art.7º O incentivo financeiro,
877 para melhoria da qualidade da gestão de serviços socioassistenciais de
878 proteção social especial de alta complexidade, dar-se-á mediante repasse
879 único de recursos diretamente do Fundo Estadual de Assistência Social aos
880 fundos municipais de assistência social dos Municípios elegíveis, que
881 cumprirem o disposto no art. 6º desta Resolução. Art.8º Os recursos destinados
882 ao incentivo financeiro, para melhoria da qualidade da gestão de serviços
883 socioassistenciais de proteção social especial de alta complexidade, partirão da
884 dotação orçamentária, que está aí, fonte 10.4.1, oriundos da Emenda
885 Parlamentar nº 504. Art.9º O repasse dos recursos, de que trata esta
886 Resolução, está condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira do
887 FEAS, e seu valor será repartido igualmente entre os municípios elegíveis que
888 cumprirem o disposto no art. 6º desta Resolução. Art.10. Caberá aos
889 Municípios a serem contemplados com o repasse: I - Firmar Termo de Aceite
890 com o órgão gestor estadual de assistência social; II – Firmar novo Plano de
891 Serviços com o órgão gestor estadual de assistência social, com aprovação do
892 Conselho Municipal de Assistência Social; III – Aderir a Central de Acolhimento

893 Estadual, quando instituída pela SEDESE; IV – Prestar esclarecimentos e
894 informações solicitadas pelo governo estadual; V – Reordenar o serviço
895 ofertado em conformidade com as normativas do SUAS; VI – Executar o
896 recurso transferido a título de incentivo financeiro, para melhoria da qualidade
897 da gestão de serviços socioassistenciais de proteção social especial de alta
898 complexidade no prazo máximo de 24 meses, a contar da data do repasse; VII
899 – Realizar a prestação de contas dos recursos recebidos por meio do
900 Demonstrativo Anual Físico Financeiro da Execução da Receita e da Despesa
901 do Governo Estadual. VIII – Submeter ao Conselho Municipal de Assistência
902 Social a aprovação de contas para análise, aprovação e manifestação. Art.11.
903 Caberá aos municípios no tocante à execução e prestação de contas: I -
904 Apresentar o planejamento das atividades e metas a serem desenvolvidas com
905 os recursos de que trata esta Resolução, comporá o novo Plano de Serviços a
906 ser firmado por meio do sistema eletrônico SIGCON-Saída. II - A não
907 apresentação da prestação de contas no prazo a ser definido pela SEDESE, ou
908 a sua não aprovação, determinará à SEDESE a instauração de tomada de
909 contas especial, nos termos do art. 47 da Lei Complementar nº 102, de 17 de
910 janeiro de 2008. Art.12. Caberá ao Estado: I – realizar o repasse de recursos
911 conforme disposições dos artigos 8º e 9º; II - monitorar a execução dos
912 recursos de incentivo financeiro para melhoria da qualidade da gestão de
913 serviços socioassistenciais de proteção social especial de alta complexidade. III
914 – Apoiar tecnicamente os municípios com indicadores pactuados para tal na
915 melhoria de serviços de acolhimento. Art.13. Caberá aos conselhos de
916 assistência social dos Municípios, receber, analisar e manifestar-se sobre as
917 prestações de contas da aplicação dos recursos recebidos, a título de incentivo
918 financeiro para melhoria da qualidade da gestão de serviços socioassistenciais
919 de proteção social especial de alta complexidade, pelos respectivos fundos
920 municipais de assistência social. Art.14. O Termo de Aceite a ser firmado entre
921 os Municípios e o Estado detalhará as responsabilidades, os parâmetros e
922 prazos para execução dos recursos. Art.15. Esta Resolução entra em vigor na
923 data de sua publicação, 11 de dezembro. **MARIA:** Alguém quer algum
924 esclarecimento? Não? Então podemos considerar referendada? Então fica
925 referendada a resolução 544. Passando para o próximo ponto, antes disso, a
926 Liziane do MP, pediu para justificar a ausência dela, uma vez que a mesma
927 não pôde estar aqui hoje, porque se encontra em atividade na FUCAM. Nós
928 vamos passar agora para distribuição do processo de usina. O sorteio entre os
929 conselheiros, considerando todo o ano de 2016. Consolação, por favor.
930 **CONSOLAÇÃO:** É a Rosa. **MARIA:** Rosa. **(VOZES AO FUNDO)** Mas se não
931 demora muito, vamos fazer de todo mundo. A pauta está tranquila.
932 **CONSOLAÇÃO:** A Rosa tem os nomes de todos os conselheiros aqui. O
933 sorteio é um sorteio mesmo, é um rito gente. A gente tira o nome e põe em
934 ordem sequencial do primeiro, segundo... O último sorteio foi feito em 2013.
935 Então sempre que tem uma nova composição, se faz um novo sorteio ok?
936 **MARIA:** Na pauta tem distribuição de processo de usina. É quem vai ficar
937 responsável pelos relatórios da usina no ano de 2016. Vocês compreenderam?
938 **CONSOLAÇÃO:** Esse sorteio é para a questão da relatoria, porque já vem
939 com o nome da pessoa. **MARIA:** Vamos fazer o sorteio e ficar atento. **ROSA:**

940 Só pra vocês terem clareza, isto está determinado na nossa resolução 318, no
941 art. 3º, parágrafo único. É feito esse sorteio com o nome dos conselheiros
942 titulares. Quem elabora toda a documentação, a análise, é o conselheiro titular.
943 O suplente só pode ler o relatório na ausência desse titular. A responsabilidade
944 toda é do titular. Vocês querem que ler o nome de todos aqui nos papéis? Tem
945 um aqui ainda que não foi indicado, que é da SEAPA, estar como a definir.
946 Quando for definir o nome dele, ele já está na relação. É criada pela secretaria
947 executiva, e depois compartilhado com vocês, a lista com o nome de todos.
948 Aqui vai ser sorteado de 1 (um) a 20 (vinte), e vai nessa ordem. Vai ser criada
949 essa lista, pra quando sair os processos, já irem direto para vocês Eu queria
950 alguém da secretaria executiva no computador, pra ir já mostrando como que
951 vai ser criada essa lista. **(VOZES AO FUNDO) LUÍS GEORGE:** Posso falar?
952 **MARIA:** Pode. **LUÍS GEORGE:** Até que ponto vai a nossa responsabilidade na
953 aprovação da construção de uma usina hidrelétrica? **MARIA:** Nós não temos
954 nenhuma. O papel do Conselho é avaliar, discutir a aprovação do PAS – Plano
955 de Assistência Social. Nós temos o papel de aprovar e, de certa forma, fazer
956 um controle se ele está sendo executado ou não. É acompanhar. Não somos
957 nós conselheiros que vamos fazer a gestão do PAS, mas, geralmente, as
958 empresas tem uma equipe técnica que faz a execução do PAS. Nós temos que
959 ficar fazendo controle social, e esses técnicos fazendo a execução como está
960 prevendo no Plano. O fato de a gente aprovar aqui no papel, não significa que
961 a execução está do jeito que o PAS prevê, porque eu posso agir de outra
962 forma. E nós, como CEAS, temos o papel de fazer esse controle e garantir que
963 o direito dos atingidos seja preservado na melhor forma possível. **ROSA:** Nós
964 vamos ter uma capacitação sobre barragem. As barragens, que a lei da
965 barragem fala que o CEAS é responsável, são as barragens para geração de
966 energia – PCHS, UHE, CGHS, as de abastecimentos e as de uso múltiplos.
967 Barragem de rejeito de minério não passa pelo CEAS. Não há um PAS, uma
968 garantia nesse aspecto, que a lei impõe que o empreendedor implemente. Eles
969 alegam que a barragem de contenção de rejeitos, como a de Mariana e de
970 outros lugares, não tem uso do recurso hídrico para fins econômicos. Essa
971 definição, junto com o COPAM, que fala que não usa, mas tem outras
972 discussões que falam que usam. Ainda tem que ter essa alteração na lei de
973 barragem. **CONSOLAÇÃO:** Então vamos sortear. **(VOZES AO FUNDO) A**
974 **Geisiane - Cáritas (RISOS) SEAPA, a definir; Ronaldo Gonçalves – CMAS Juiz**
975 **de Fora; Marta Elisabete – Saúde; Luís George – CMAS Lagoa Santa. (VOZES**
976 **AO FUNDO) A gente fixa esse sorteio. Na medida em que vão chegando os**
977 **empreendimentos da necessidade da relatoria, segue essa lista pra não ter que**
978 **fazer toda vez. ROSA:** Na substituição do conselheiro é substituído. Exemplo,
979 esse da SEAPA vai ficar em branco, não tem um nome. Aí quando chegar o
980 nome é acrescentado. **CONSOLAÇÃO:** Wilson – Fazenda; Volney – PSIND;
981 Soelia – CMAS Paracatu; Maria Alves – FETAEMG; Walter – FEAPAES; César
982 – Planejamento. Esse aqui nem tomou posse. Ele vai ser substituído também.
983 DENISE – CRESS. Não é a Denise mais, vai ser a Rosilene. Já foi indicado. O
984 CRESS substituiu a Denise. A Rosilene já foi conselheira aqui - ela é de
985 Montes Claros. Silvana – Educação; Cristiane – Instituto Missionários; Ronaldo
986 – SEDESE. Ele também vai ser substituído; RODRIGO – ASSPROM; Josiane –

987 Associação Quilombola; SIMONE – SEDESE; Lúcia Elena – COGEMAS;
988 Hermellis – CMAS São Francisco de Paula. **(VOZES AO FUNDO) MARIA:** A
989 Geisiane já ficou com a PCH Mata Velha. Já está em prática, você já pode
990 começar. Hoje de manhã a gente até conversou um pouco sobre isso. A
991 proposta é a gente aprofundar mais esse debate dentro do Conselho, pra gente
992 avaliar algumas situações, que a gente precisa redirecionar. Passando para o
993 nosso próximo ponto, é o calendário das nossas atividades de 2016. O
994 calendário proposto para 2016 é sugestões de agenda. Caso haja
995 necessidade, essas agendas são alteradas. **CONSOLAÇÃO:** É sempre a
996 terceira sexta-feira do mês. É bom a gente ter isso pra reservar espaço na
997 Casa de Direitos. A proposta seria essa. A gente vai mandar por e-mail, porque
998 pra imprimir ele não ficou bom. Eu tive que fazer de outro jeito por causa da
999 cor. Então vou mandar por e-mail, se for aprovado. **MARIA:** Combinado então?
1000 Todo mundo considera aprovado? Ninguém questionou. **SIMONE:** Você olhou
1001 alí se bate com algum evento no ano que vem? Não né? **CONSOLAÇÃO:**
1002 Posso verificar isso. **SIMONE:** É bom. **CONSOLAÇÃO:** Então eu fico com essa
1003 atribuição. **MARIA:** Caso haja necessidade, a gente sempre consulta o
1004 Conselho pra proposta de mudança. A proposta aqui também é que a gente
1005 não faça a plenária em janeiro, pra dar uma folga, umas férias para os
1006 conselheiros. **(VOZES AO FUNDO)** É recesso de plenária, não do Conselho
1007 Estadual. Vocês estão compreendendo? O recesso é da plenária, não é da
1008 atividade de Conselho. Tem alguém contrário a não realização da plenária em
1009 janeiro? Ótimo. Passando para os informes das comissões. Comissão de
1010 política, por favor, Rosa. Nós vamos apresentar a pauta da comissão de
1011 política. O que a gente discutir, nós já vamos considerar aprovado, entendeu?
1012 Não precisa voltar lá atrás na comissão de novo. **(VOZES AO FUNDO)** A
1013 proposta pra gente não fazer a plenária é porque como já é final de ano, muitos
1014 conselheiros estão de férias nos trabalhos, etc. Isso não impede de que a
1015 gente faça a capacitação de conselheiros. Eu não tenho dimensão de qual é a
1016 proposta de capacitação no nível que você quer, mas a gente pode construir
1017 isso e fazer em fevereiro ou março. A gente tinha a nossa reunião que seria pra
1018 hoje, vocês lembram, pessoal da sociedade civil? Mas como tem muita gente
1019 que não veio, achei melhor reunir na próxima, em fevereiro. Está
1020 compreendido? **CONSOLAÇÃO:** A secretaria executiva está aberta. Se quiser
1021 também verificar ou ter alguma informação, pode ficar à vontade. **MARIA:**
1022 Inclusive isso é no cotidiano. Veio em Belo Horizonte e quer passar no CEAS,
1023 vem cá. “O café é amargo”, mas tem sempre. **(RISOS)** Isso é bom, porque cria
1024 um vínculo de ocupação de espaço. Estou falando isso de forma descontraída,
1025 mas é interessante, sabe por quê? Se quer vim, conversar, tirar dúvida sobre
1026 algum assunto, tem cada técnica de uma comissão, entendeu? Isso é
1027 interessante. **CRISTIANE:** Eu só estou perguntando pelo seguinte: a gente vai
1028 chegando e querendo aprender alguma coisa. Eu não estava recebendo os e-
1029 mails, e aí, nessa semana, nós chegamos à conclusão que estavam indo para
1030 o e-mail que o Júlio acessa. Então mudou-se o e-mail e eu recebi a primeira
1031 convocação. Na convocação eu vi que não foi a pauta. Talvez é nesse
1032 momento que eu venha até a secretaria executiva, pra ter uma clareza de
1033 algumas coisas. Quando eu vi a convocação, eu estava aqui no centro

1034 inclusive, poderia ter vindo até pra ter essa resolução, pra ter um pouco mais
1035 de clareza do que seria discutido. É só pra eu não ficar “boiando” tanto.
1036 **MARIA:** A pauta é encaminhada antes, e você pode inclusive fazer sugestão
1037 de informe. Você pode se inscrever pra ter um espaço, pra fazer um informe, e
1038 assim sucessivamente. Vamos para o ponto de pauta? Quem é o coordenador
1039 da comissão de política? **(VOZES AO FUNDO)** A eleição dos coordenadores
1040 de comissões, vamos fazer em fevereiro, que estará com todo mundo.
1041 Consolação, por favor, faça a leitura do ponto de pauta pra nós. Está muito
1042 pequeno. **CONSOLAÇÃO:** Esse é um ponto comum da comissão de apoio.
1043 Então fazendo essa comissão, vamos já fazendo alguns pontos dessa também,
1044 tá? **(VOZES AO FUNDO)** Eu quero. **MARTA SILVA:** Pauta da comissão de
1045 política. Ponto 2 (dois), assunto: O Conselho Estadual recebeu em 24/08/2015,
1046 e-mail do CMAS de Mariana, Tereza Cristina dos Santos, informando que a
1047 SEDESC funciona em espaço alugado, sem acessibilidade. Dando
1048 responsabilidade para o município continuar arcando com as despesas do
1049 aluguel, a SEDESC será transferida para o espaço onde funciona o Centro de
1050 Referência da Infância e Adolescente – CRIA, e que esse Centro passava por
1051 problema de garantia nos atendimentos. Informou que o CMAS de Mariana
1052 reunido em 13/08 era contrario a essa mudança que já ocorreu antes e que
1053 comprometeu o serviço de fortalecimento de vínculos realizado no CRIA. E um
1054 dos conselheiros solicitou uma reunião extraordinária, para que seja promovida
1055 uma ação junto ao MP na tentativa de impedir que mudança se concretize. A
1056 presidente solicita orientação sobre os aparatos legais, que permitam aquele
1057 Conselho a mover tal ação, caso seja aprovado em plenária. Buscando mais
1058 informação ao município pra tentar compreender a situação, foi identificado no
1059 site do Ministério que os recursos do MDS do município possuem R\$
1060 12.627,52, recurso acumulado em 2015. Por telefone, em agosto de 2015, o
1061 município foi orientado de que o município já recebeu duas parcelas do Piso
1062 Mineiro, mas não apresentou o Plano de Serviço de 2015. Até aquela data não
1063 havia se manifestado o município. Foi encaminhado ofício 149/CEAS/2015 ao
1064 CMAS solicitando mais informações, que possibilitem entendimento sobre os
1065 serviços ofertados pelo SEDESC e CRIA. E ofício 253 à SEDESE informando
1066 sobre as situações, e solicitar apoio técnico aos municípios. Em 25/11/2015 foi
1067 enviado à presidente do CMAS de Mariana e-mail reiterando o ofício 249. A
1068 resposta por e-mail foi em 30/11, do presidente do CMAS, de que o impasse
1069 apresentado no e-mail de 24/8 foi resolvido. Em 02/12/2015, em ofício de
1070 resposta à SEDESE, através da SUBAS, informou que já havia identificado
1071 fragilidades na gestão do município, e diante do alto valor do saldo em conta,
1072 foi classificado no Qualifica SUAS, estando previsto ações de orientações
1073 presenciais e a distância, visitas técnicas, reuniões de trabalhos, oficinas,
1074 capacitações, entre outros. Houve o rompimento da barragem de rejeito no
1075 município, provocando caos naquela região. Foram realizados, até o momento,
1076 6 (seis) visitas técnicas para apoiar e orientar a gestão de serviços e benefícios
1077 socioassistenciais sendo elaborados Planos de Ações Estadual. A SUBAS
1078 mandou o Plano Estadual, em anexo. O documento foi recebido aqui no CEAS
1079 por e-mail. Ponto 3 (três). Continua ou nós vamos parar? **(VOZES AO FUNDO)**
1080 Tem deliberação? **(VOZES AO FUNDO)** Tem alguma deliberação? Tema 3

1081 (três), assunto: O denunciante solicita sigilo total. Expôs em 11 de gosto a
1082 situação da classe de assistentes sociais em Guanhães. O relator, que
1083 apresentou a situação ao CREAS, informou que os trabalhadores do SUAS não
1084 mantém os assistentes sociais totalmente alheios a tudo o que acontece no
1085 município, e que não foi convidado para participação na conferência municipal
1086 de assistência social. Informou que metade dos trabalhadores concursados,
1087 está de licença sem vencimentos. Segundo o denunciante, a pressão é que se
1088 cumpra a carga horária de 40 (quarenta) horas, e o salário é inferior a 2 (dois)
1089 salários mínimos. Ainda, que adolescentes, que cumprem medidas sócias
1090 educativas, estavam associados a drogas e assédios. Denúncia também que a
1091 secretaria de assistência social optou por contratar assistentes sociais, que
1092 submetem a administração. Segundo o denunciante, o CREAS respondeu
1093 afirmando que não faria nada, em virtude do tempo dos assistentes sociais
1094 estarem findando. Ações decorrentes: Encaminhamento de e-mail ao
1095 denunciante, informando que a situação foi encaminhada aos órgãos
1096 competentes, para apuração das denúncias apresentadas; Encaminhado ofício
1097 254/CEAS/2015, em 16 de outubro, ao presidente do CMAS de Guanhães,
1098 solicitando informações sobre participação dos trabalhadores do SUAS na
1099 conferência municipal, sobre a composição da sociedade civil no Conselho, e
1100 considerando que o CADSUAS tinha a informação de que o último mandato
1101 havia encerrado em 31 de agosto de 2015. Em 04/11, através de ofício do
1102 Conselho de Guanhães, informou que os trabalhadores do SUAS participaram
1103 da última conferência. Alegam desconhecer o decreto mencionado pelo
1104 denunciante, que trata da jornada de trabalho. Desconhecem as informações
1105 da denúncia da efetivação e afastamento dos profissionais concursados,
1106 através de licença e vencimento. E acrescenta que as reivindicações salariais
1107 de concursos públicos são tratadas em todas as conferências municipais;
1108 Elenca a participação das entidades de assistência social no Conselho
1109 compondo participação da sociedade civil, e reconhece que não há
1110 participação dos trabalhadores e usuários, devido a legislação do SUAS do
1111 município não tratar dessa questão, mas estão providenciando essa alteração.
1112 Inclusive cita a orientação do conselheiro Volney sobre essa temática. Após a
1113 lei ser alterada, já em tramite na Câmara de Vereadores, iram atualizar o
1114 CADSUAS com novos representantes da sociedade civil, após convocar
1115 assembleia para esse fim. Encaminhado ofício 250/CEAS para a SEDESE, em
1116 16/10; Encaminhado ofício 251/CEAS para o Conselho Tutelar de Guanhães,
1117 em 16/10; E encaminhado ofício 255/CEAS para a presidente do CRESS, em
1118 16/10. O ponto 3 (três) não tem nenhum encaminhamento. Ponto 4 (quatro)
1119 Alteração da lei que dispõe sobre guarda municipal de Salinas, a qual teria o
1120 público alvo adolescentes de baixa renda. O prefeito apresenta projeto de lei à
1121 Câmara solicitando exclusão desse público, abrangendo todos os adolescentes
1122 matriculados em escola regular. O referido programa está na pasta da
1123 assistência social, e os recursos oriundos dessa pasta. O documento foi
1124 recebido em 22/08 por e-mail. Não teve nenhuma discussão pela comissão, e
1125 nenhuma proposta de encaminhamento. **MARIA:** Alguém tem alguma sugestão
1126 de encaminhamento? Se tiver que fazer algum encaminhamento, somos nós
1127 que vamos ter que decidir. Não vai voltar para a comissão. **MARTA SILVA:** Eu

1128 acho que naquela época a gente fez um encaminhamento desse último ponto.
1129 Me desculpem, de memória eu não estou conseguindo lembrar qual foi o
1130 encaminhamento. **SIMONE:** Eu entendi que tem um programa lá no município,
1131 que chama guarda municipal. Ele está alegando que o programa é realizado na
1132 Secretaria Municipal de Assistência Social, mas o público inclui todos os
1133 jovens, menos os jovens em condições de liberdade assistida. Tem um
1134 parecer, que a gente mandou para o Conselho de Nova Lima, dizendo que o
1135 CMAS tem o dever e a obrigação de aprovar programas. A primeira pergunta
1136 que tem que ser feita para o CMAS, ele aprovou o programa? Ele definiu
1137 alguma coisa sobre o público? Ele tem poder pra isso. Se ele quiser reavaliar,
1138 ele tem todo o direito. Tem que explicar para o Conselho como que é que faz
1139 isso, de acordo com as normativas do SUAS. Tem um projeto de lei? **MARTA**
1140 **SILVA:** É um projeto de lei que altera um programa de 2013, que era a
1141 “Guarda Mirim Municipal”. Ele diz que “serão admitidos adolescentes de ambos
1142 os sexos, que sejam matriculados em escolas, com frequência comprovada, e
1143 que atenda os demais critérios estabelecidos nessa lei”. Aí fala quem que
1144 desenvolve o programa, que é a secretaria, quais são os objetivos, quais são
1145 as funções da guarda mirim. Dentro dos objetivos, fala que é de prestar
1146 serviços a adolescentes ou mirins, à partir dos 16 (dezesesseis) anos até os 18
1147 (dezoito) anos, por um período máximo de 4 (quatro) horas diárias na
1148 empresas públicas ou privadas. **(VOZES AO FUNDO) CRISTIANE:** Então, na
1149 verdade, eu acho que o papel do Conselho é entender qual que é a fonte do
1150 recurso. Se a fonte do recurso é plenamente da assistência, isso é problema
1151 nosso sim, não? **MARIA:** Todo e qualquer recurso ligado à assistência, tem a
1152 ver com a gente sim. **CRISTIANE:** Mas eu acho que a gente pode pedir
1153 esclarecimento. Se ele é exclusivo da assistência social e está sendo colocado
1154 pelo prefeito para outros públicos, que não o público da assistência social
1155 precisa, eu acho que cabe a nós sim fazer uma intervenção, já que o municipal
1156 não fez. **MARIA:** A denúncia está com sigilo. **CRISTIANE:** Ah, está com sigilo?
1157 Mas e se a gente pedir ao município para esclarecer a fonte de recurso desse
1158 projeto? Se a fonte for exclusivamente da assistência social, nós temos que
1159 tomar alguma posição sim. Como assim? Os recursos são para a assistência
1160 social, mas os critérios não? Uai, aí a resolução 109/2009, a tipificação cai por
1161 terra. **SIMONE:** Eu tenho algumas compreensões. Primeiro, o Conselho tem
1162 autonomia. O que nós temos de dizer para o Conselho, é que ele tem que
1163 exercer o seu papel lá. Me parece uma mistura aqui do velho com o nome, não
1164 é? Parece que eles pegaram um negócio que já existia lá, chamado “Guarda
1165 Mirim”, e juntou com a legislação atual de aprendizagem. Ele pegou a
1166 legislação nacional para abrir possibilidade para o aprendiz no município, pra
1167 que entre nos órgãos municipais. Uma proposta, inclusive, que a subsecretária
1168 do trabalho de Minas tem, de ter uma lei estadual pedindo para que os
1169 municípios e Estados também absorvam os adolescentes aprendizes.
1170 Sinceramente, tem que fazer uma avaliação técnica aqui pra gente ver. No meu
1171 ponto de vista, esse negócio de público da assistência social, o que é isso? Eu
1172 não entendi a fala deles. Ele ainda está com a aquele conceito de público e
1173 renda? Se só for de baixa renda? Não está escrito isso em lugar nenhum. Eu
1174 não sei de onde eles tiraram isso! Sei lá! Ou a gente debruça nisso com mais

1175 calma, pra ler de fato o programa pré-estabelecido, e dar a nossa opinião, sei
1176 lá! Eu acho que aqui tem uma mistura do modelo velho da guarda mirim com o
1177 novo do jovem aprendiz. **MARIA:** Então nesse caso a gente encaminha,
1178 informando que vamos aprofundar, e tomar os conhecimentos necessários
1179 para aprofundar em uma nota técnica. De certa forma, teríamos que entender
1180 melhor a denúncia, pra sabermos o que de fato eles querem que a gente faça,
1181 não é? Nós temos que saber de certa forma nos posicionar, entendeu?
1182 Podemos encaminhar assim gente? **LUÍS GERORGE:** Eu tenho só uma
1183 pergunta. Na assistência social, você pode ser da assistência social e eu não
1184 posso ser? Como é que fica? **SIMONE:** É isso mesmo. **LUÍS GEORGE:** Está
1185 escrito aqui assim: “alteração da lei que dispõe sobre a guarda municipal de
1186 Salinas, a qual teria como público alvo adolescentes de baixa renda. O prefeito
1187 apresentou um projeto de lei a Câmara municipal solicitando exclusão desse
1188 público, abrangendo todos os adolescentes matriculados em escolas”. Eu se
1189 fosse o prefeito, faria a mesma coisa. **SIMONE:** Dois. Senhor Luís. **LÚIS**
1190 **GEORGE:** É a mesma coisa de criar cota para negros na faculdade. É a mesma
1191 coisa! Está errado. **MARIA:** Não é a mesma coisa não. É completamente
1192 diferente! **(VOZES AO FUNDO)** Vamos buscar mais informações, porque a
1193 gente não pode precipitar em qualquer decisão tomada nessa altura. Primeiro,
1194 porque podemos mostrar o risco que “acordamos com o bonde já tinha
1195 passado”. Se for projeto de lei, a Câmara até já pode ter votado. E depois, a
1196 gente não pode medir todo mundo com a mesma medida, até porque o papel
1197 da assistência não é esse. Se fosse, a gente teríamos os programas sociais de
1198 vulnerabilidade mais específicos. Todo mundo concorda assim? **(VOZES AO**
1199 **FUNDO)** Sim, mas depois a gente pegar as informações necessárias. A gente
1200 não precisa esperar a reunir de fevereiro pra fazer a nota técnica. **ISABELA:**
1201 Deixa eu ver se entendi. Já seria feito a nota técnica pela secretaria executiva,
1202 buscando essa notícia se o projeto de lei já foi aprovado ou não, e com os dois
1203 pontos que a Simone colocou da análise em relação ao programa e orientação
1204 do Conselho frente à aprovação de programas e qual é o papel dele. Aí já traz
1205 a nota técnica para a comissão avaliar e subsidiar a resposta, pra gente
1206 aprovar na próxima plenária, em cima da nota técnica. Correto? **MARIA:** Como
1207 a nossa próxima reunião é em fevereiro, vocês acham que temos que esperar
1208 até lá pra fazer uma nota técnica sobre isso? Eu acho que não gente! A gente
1209 já discutiu aqui. **ISABELA:** A nota não, mas a gente vai enviar a nota para o
1210 município sem passar pela aprovação da plenária? **MARIA:** A gente pode
1211 socializar por e-mail. **ISABELA:** Pode ser. **MARIA:** Podemos socializar por e-
1212 mail entre nós, que acompanhamos a discussão, certo? Os outros conselheiros
1213 não vão entender nada, porque eles não estão aqui acompanhando a
1214 discussão, mas entre nós, sim. Então fica encaminhado assim? Nós temos
1215 mais uma comissão, não é Consolação? **CONSOLAÇÃO:** A comissão de apoio
1216 teve dois pontos comuns com a comissão de política. Então ela começa a sua
1217 súmula do ponto 4 (quatro), que é o ultimo ponto dela. A conselheira Silvana
1218 que vai fazer a leitura. **SILVANA:** Ponto 4 (quatro). Assunto: O CEAS recebeu
1219 da SEDESE cópia de e-mail enviado ao CNAS, contendo denúncia anônima de
1220 um morador do município de Pedro Leopoldo, relatando irregularidades na
1221 defesa e garantia de direitos, com oposição do Conselho, inobservância das

1222 normativas, equipe de referência do CRAS incompleta, que impossibilita o
1223 trabalho interdisciplinar com conseqüente precarização do trabalho na proteção
1224 básica, levando à incidência, ineficiência dos serviços, programas e projetos
1225 ligados ao SUAS. Relata ter acionado anteriormente a prefeitura, CMAS e MP,
1226 porém as respostas são alusivas ao limite da folha e falta de recursos. No
1227 entanto, houve inchaço da máquina administrativa, principalmente com cargos
1228 comissionados. Dificuldades apresentadas: Falta de acompanhamento dos
1229 beneficiários do BPC; Não inserção do público prioritário no SCFV; Efetivação
1230 do BPC na escola; Ineficiência da equipe de proteção básica compromete no
1231 atendimento da média e alta complexidade. Em 07 de outubro de 2015,
1232 recebemos ofício 268/SEDESE/SAS informando que secretaria da SUBAS vem
1233 acompanhando o município desde novembro de 2014, em função de denúncias
1234 apresentadas diretamente à secretaria. Duas visitas técnicas foram realizadas
1235 com o objetivo de analisar, discutir as questões apontadas e assessorar o
1236 município para superação dos aspectos frágeis na implantação do SUAS no
1237 município, com dificuldade de gestão em cumprir as diretrizes presentes nas
1238 legislações do SUAS e pertinência dos aspectos denunciados. Informa que,
1239 entre reunião com a SEDESE, MP, gestão do município, CMAS e
1240 representantes da rede socioassistencial, foram acordadas datas para superar
1241 as inadequações identificadas. Data de recebimento do documento 19
1242 (dezenove) de março de 2015. Encaminhamento gerado para deliberação em
1243 plenária: **(VOZES AO FUNDO) PAULA:** Na verdade isso não foi discutido pela
1244 comissão. Esse ofício chegou agora no meio das conferências, e nós não nos
1245 reunimos posteriormente depois dessa resposta da SEDESE. E também, nós
1246 não tivemos, até o momento, a resposta do município, a manifestação do
1247 presidente para o CEAS. Eu até já cobrei isso pra ele, mas não apareceu. O
1248 município está com a gestão que vence agora, esse mês, então estarão
1249 fazendo a recomposição. O que eu acho importante como destaque, como a
1250 SEDESE já esta ciente, já foi feito todo esse acordo do Plano de
1251 Acompanhamento do município. Eu não sei se caberia o CEAS está fazendo
1252 outras ações agora, ou aguardar e acompanhar essa alteração na composição
1253 do Conselho. Posteriormente a esse ofício não houve comissão. Nessas visitas
1254 da SEDESE, eles comprovaram que a pertinência das denúncias eram reais.
1255 Então o município está se adequando. Foi feito um Plano de
1256 Acompanhamento, e eu acho que é isso. Foi confirmado. Agora é acompanhar
1257 as alterações dessa gestão do Conselho, que está vencida, e o
1258 desenvolvimento do Plano que eles fizeram, e a SEDESE acordou como todos
1259 os atores importantes. Estava o MP, todo mundo. É só acompanhar o Plano.
1260 **ISABELA:** Mas a gente pode dar uma resposta ao denunciante com isso. De
1261 que já foram levantadas as informações com a SEDESE, que a SEDESE já
1262 está acompanhando. É para o denunciante ver que já está tendo alguma
1263 intervenção. **MARIA:** Considerando que o Conselho está em processo de
1264 mudança, então a gente precisa fazer o acompanhamento desse processo.
1265 Alguém tem algo contrário à proposta de encaminhamento que a Isabela
1266 trouxe? É isso mesmo né gente? Como que vamos intervir em um processo
1267 que já está andando? Agora, o que a gente pode, enquanto Conselho Estadual,
1268 é acompanhar junto com a SEDESE. Se precisar da gente fazer algo mais

1269 específico, a gente tem a clareza do que a gente precisa tomar de decisão. É
1270 isso em relação a essa comissão? Mais nenhum ponto? **PÁSCOA:** Pode pedir
1271 pra nova gestão tome ciência, acompanhe e faça essa interlocução aqui.
1272 **MARIA:** Sim. Compreendeu Consolação? A Rosa está trazendo um ponto.
1273 Rodrigo, você vai falar sobre? **RODRIGO:** Eu queria pedir licença às minhas
1274 colegas de comissão, a Maria e a Simone, eu sei que a gente não discutiu. A
1275 comissão vai estar avaliando um material para capacitação do PAS/Barragem,
1276 muito em função de diminuir as inseguranças dos conselheiros que estão
1277 chegando, com extrato do quê que é essa história de barragem relacionada à
1278 assistência social no nosso Estado de Minas Gerais. Podemos fazer uma
1279 avaliação de que essa capacitação ocorra na tarde do dia anterior da plenária
1280 de fevereiro. É claro, se tiver qualquer objeção aqui, tanto Maria, quanto
1281 Simone é com vocês. Eu faço parte da comissão, eu estou com vocês. Se
1282 vocês entenderem que não, fica a cargo nosso de oferecer informações para
1283 que os conselheiros novos se sintam um pouco mais seguros, com os
1284 processos que virão de PAS/Barragem. **MARIA:** Essa proposta vem com a
1285 ideia de fazer com todos os conselheiros, é isso? **RODRIGO:** É. **SIMONE:**
1286 Fazer no pleno? **MARIA:** Um dia anterior. **SIMONE:** Então não tem reunião da
1287 comissão? Eu acho que a gente podia discutir aqui a pauta das comissões e a
1288 pauta do pleno. Aí sim, ver a pertinência de a gente colocar esse ponto na
1289 pauta pra todos os conselheiros. **ISABELA:** Eu concordo Simone com o que
1290 você falou. Eu fico preocupada, porque deliberar sobre as questões relativas
1291 aos PAS, também não é simples. São processos um pouco mais complicados.
1292 A gente viveu esse processo também da insegurança dos conselheiros,
1293 quando teve a outra troca e tudo. A gente teve um momento de capacitação,
1294 que eu acho que ajudou muito os conselheiros se sentirem mais seguros para
1295 tomarem as decisões em plenária, mesmo que a comissão tenha um domínio
1296 maior. Eu acho que não precisa ser uma capacitação tão aprofundada, e que
1297 gastasse o tempo das comissões. Talvez um tempo menor pra gente discutir, e
1298 também as prestações de contas apresentado pela SEDESE, poderia ter uma
1299 parte de momento comum, pra trazer um panorama mais geral das barragens,
1300 discutir as pautas e as prestações e depois as comissões, pra não ter nenhum
1301 prejuízo. **RODRIGO:** Eu queria reforçar o que a Isabela falou. Na última
1302 plenária eu fiquei bastante aborrecido com um colega conselheiro, eu falei com
1303 ele depois também. O colega estava falando sobre o PAS que caiu pra ele
1304 fazer o estudo, e aí ele ficou questionando. Pô! Porque que ele não pediu
1305 vista? Sabe? É chato, porque expõe o nosso povo, fica parecendo que a
1306 pessoa não preparou, por uma questão que a Simone falou, de cartório. É uma
1307 questão chata, mas que ele tinha razão também. Foi chato, porque a gente fica
1308 trocando farpas com o outro, um horror. Eu até já falei com ele depois sobre
1309 isso. “Pô, da próxima vez pede vista. Você é da comissão, pô”. Mas é muito no
1310 que a Isabela está falando. **MARIA:** A proposta de vocês é fazer na tarde
1311 anterior. A gente tem nas manhãs dos dias anteriores as plenárias, a reunião
1312 da mesa diretora. Considerando o que a Isabela colocou, de que não
1313 precisamos fazer uma capacitação aprofundada, podemos discutir de forma
1314 mais tranquila qual que é o papel do PAS, qual que é o objetivo, porque que
1315 temos que aprovar isso. É nosso papel ter clareza de como precisamos fazer

1316 isso, de forma onde todo mundo possa compreender e ajudar nesse processo.
1317 Vocês entenderam? Eu não vejo problema nenhum da gente ter um momento,
1318 nem que sejam duas horas, uma hora e meia. A gente pode jogar a reunião da
1319 mesa diretora um pouco mais tarde, de repente, ou mais cedo, pra que
1320 podemos ter um momento para isso. A reunião da mesa diretora pode começar
1321 às 09 horas, podemos fazer de 09 as 11, e até antes do almoço podemos fazer
1322 esse debate com todo mundo. A galera almoça e volta, pra gente começar as
1323 discussões das comissões. O quê que vocês acham disso? Porque aí não
1324 prejudica ninguém, e cumprimos o que estamos propondo. Isso é uma vontade
1325 de todos nós, vocês entenderam? Alguém tem dúvidas sobre a proposta
1326 apresentada? Você concorda Simone, da gente fazer à reunião da mesa
1327 diretora de 09 as 11, por exemplo? **SIMONE:** Eu concordo. Eu só vou insistir
1328 que a discussão está picada. Qual que é a pauta de fevereiro? É uma reunião
1329 de um Conselho novo, nós vamos apresentar. Eleger o coordenador e vamos
1330 conhecer a comissão, imagino. Ao conhecer a comissão, ela vai discutir o
1331 papel dela. Esse é o modelo, mas também podemos fazer a discussão sobre o
1332 papel do Conselho de Assistência Social na plenária. Se esse for o modelo,
1333 cabe à gente discutir toda a discussão mais ampla do Conselho. Vamos
1334 começar 11 horas da manhã e com o Plano de Assistência Social, que
1335 aprovamos para a barragem. Não sei, depende do modelo que a gente propor
1336 aqui. Eu não tenho nada contra, só estou pensando em qual é a pauta de
1337 fevereiro. É isso o que eu estou pensando. **CRISTIANE:** O mandato do MDCA,
1338 o qual eu faço parte, ele se encerrou enquanto última plenária na terça-feira.
1339 Na segunda-feira então a gente passa a faixa. Essa manhã nós usamos a
1340 seguinte metodologia, trouxemos os conselheiros novos, porque vai ter uma
1341 mudança bem grande, significativa, no Conselho. Então foram com os
1342 conselheiros novos, os que estão chegando e com os anteriores. Cada
1343 conselheiro foi apresentando a comissão, falando qual que é o papel, o quê
1344 que fazia, explicando os termos, abrindo as abreviações, as siglas, e fomos
1345 conversando sobre isso colocando os pontos principais. **PARTE 4 CRISTIANE:**
1346 Eu acho que talvez a metodologia seja mais apresentar o Conselho por meio
1347 das suas comissões. Eu entendo que é mais produtivo, até porque é um
1348 momento interessante para o outro conhecer o trabalho que a comissão faz, e
1349 até em que momento a comissão dele ser articulada com a outra. Eu acho que
1350 é bom. **CONSOLAÇÃO:** O planejamento do Conselho seria a pauta para
1351 fevereiro mesmo. A gente tem que fazer isso, conhecer as comissões,
1352 conhecer o papel do Conselho e fazer esse planejamento. Então, dentro desse
1353 conhecer, conhece, não somente a questão das usinas, mas vai conhecer a
1354 comissão de normas. Eu tenho que lembrar também que agora, na Casa de
1355 Direitos Humanos, a gente tem um limite de horas, que antes a gente podia
1356 ficar. Hoje já não é verdade. Então são até 19 horas as nossas reuniões.
1357 Temos que pensar isso também, tá? **MARIA:** Certo. Quando eu citei que o
1358 Rodrigo e a Rosa estavam trazendo um ponto, isso que eles estão trazendo foi
1359 deliberação da plenária passada. É bom deixar claro que ninguém está
1360 trazendo isso à toa. Primeiro, porque foi deliberação, e a gente tem que discutir
1361 sobre isso. Depois, a Simone diz que a gente tem que definir o modelo. Na
1362 próxima plenária nós vamos discutir, começando, inclusive, pelo papel do

1363 Conselho. Dentro disso, além da comissão, a gente vai trazer isso que é
1364 importante. Sabe por que isso é importante? Porque se a gente vai definir um
1365 planejamento, esse planejamento tem que ir de encontro com as ações, que a
1366 gente tem que fazer. E se eu conselheiro não sei o que significa as ações que
1367 este Conselho desenvolve, como é que eu vou ajudar a construir um Plano que
1368 eu não sei os objetivos e papel desse Conselho? Então isso precisa entrar,
1369 porque é nessa sequência que o Plano vai ser formalizado. As propostas de
1370 encaminhamentos feitas na primeira discussão, considerando as prioridades da
1371 conferência, ela já entrou como um Plano. Vocês observaram? Inclusive de
1372 médio e longo prazo. Quando a Simone propõe que a gente tem que focar a
1373 questão da participação, a organização do Fórum, ela colocou uma meta que é
1374 de médio e longo prazo, que requer avaliação constante. Se a gente observar o
1375 eixo central do nosso planejamento, ele está, mais ou menos, mais que
1376 direcionado já. A gente só precisa ter clareza disso. Agora, quais são as ações
1377 mais específicas, a gente vai desenvolver pra cumprir a nossa meta, de ter o
1378 Plano Decenal de fato construído, organizado, ter a organização do Fórum dos
1379 Trabalhadores, das entidades, dos usuários e o cumprimento das nossas
1380 diretrizes. **SIMONE:** Eu acho que é isso mesmo. Eu estava chamando a
1381 atenção só pra questão de método. Eu sugiro pra Rosa que ela possa nos
1382 trazer reflexões pela experiência, que ela tem sobre o PAS e o SUAS. Qual é a
1383 conexão que tem com o SUAS. Porque que eu estou falando isso? Uma das
1384 grandes questões que foram discutidas nas conferências esse ano, foi
1385 exatamente a existência de construção de locais de moradia de pessoas onde
1386 a assistência social não está presente, ou está presente de forma equivocada,
1387 só pra fazer cadastro. Eu acho legal, se a Rosa puder nos ajudar a refletir. Se
1388 tem uma coisa que está na nossa governabilidade é o Plano. Então, se ele
1389 precisa de mudança, nós também temos que discutir como se adequar uma
1390 coisa que é absolutamente específica do Conselho Estadual de Minas Gerais
1391 às normativas da política nacional. **MARIA:** Muito bem, Simone. Isso o que a
1392 Simone colocou é tão bacana! Nós temos conhecimentos de determinados
1393 empreendimentos que prevê no Plano de capacitação de geração de renda pra
1394 atingidos. Vocês sabem o que eles na prática executam? Vai lá, pega o
1395 SEBRAE e faz capacitação para as empresas, para os comércios do município
1396 e não faz para os atingidos. Isso é questão de concepção. Já que nós temos
1397 isso que prevê, os atingidos, de acordo com a região, precisam ser
1398 capacitados. É como produzir, comercializar. Não é chamar os comerciantes
1399 para eles venderem mais. Os atingidos ficam aonde? É algo simples assim.
1400 Não vamos interferir no processo, mas colaborar, para que os atingidos de fato
1401 tenham os seus benefícios que é direcionado para eles. **CRISTIANE:** Com
1402 relação a essa questão desse dia de conhecer o Conselho, as comissões, eu
1403 acho interessante também nesse dia falar um pouco sobre as representações,
1404 por quê? Como eu estava com o Júlio, eu fiquei com a representação do
1405 FECTIPA. Eu até estive na reunião do FECTIPA, mas eu não sei como que
1406 funciona isso. Qual que é a minha representação? É pra fazer o que lá? E
1407 depois eu trago isso, coloco isso aonde? Eu falo isso com quem? É com você?
1408 Qual que é o papel? Então eu acho que é uma coisa que a gente pode pensar
1409 para um próximo momento como esse de mudança de conselheiro, ter isso já

1410 planejado, sabe? **MARIA:** Esse era o último ponto da pauta. (**VOZES AO**
1411 **FUNDO**) Já que estamos falando de usina, vamos falar de mais um
1412 empreendimento. Foi solicitado ao Conselho Estadual um parecer sobre um
1413 empreendimento, que é uma jazida fertilizante. A gente conversou muito sobre
1414 isso aqui de manhã, porque não temos responsabilidades de acompanhar e
1415 nem fazer parecer ou aprovação qualquer sobre esse tipo de empreendimento.
1416 O COPAM solicitou um parecer sobre esse empreendimento, uma vez que ele
1417 esteve atingido. Antes de passar para a Rosa, quero dizer que fizemos uma
1418 avaliação. A gente vai dar um parecer deste empreendimento, que é muito
1419 antigo, não é da nossa gestão, ele já está aqui um tempo. Então vamos dar um
1420 parecer até pelo tempo que ficou aqui em análise. A partir de agora, nós não
1421 vamos dar parecer sobre esses empreendimentos que não é de
1422 responsabilidade nossa, porque senão a gente abre precedente para tudo, e
1423 qualquer empreendimento de extração de recursos naturais, e aí vão vim pra
1424 cima da gente. E aí foge daquilo que é de responsabilidade nossa. Então Rosa,
1425 eu passo pra você. **ROSA:** Esse empreendimento chegou pra nós em julho de
1426 2014, foi complementado em novembro de 2014. Na verdade, não é um
1427 empreendimento que nós vamos dar o parecer: é sobre o programa de
1428 aquisição assistida da comunidade Mata Bananeira. É da Vale Fertilizante, no
1429 município de Patrocínio, na comunidade de Mata Bananeira. É uma
1430 comunidade rural em Patrocínio. Lá serão 46 propriedades atingidas. Esse
1431 programa já foi implementado lá. Como não há uma barragem, não podia fazer
1432 uma leitura como se faz de um empreendimento com barragem. Foi realizado
1433 um levantamento documental das propriedades, e ninguém tinha os
1434 documentos em relação às suas propriedades. Então a Vale Fertilizante teve
1435 que regularizar todas as propriedades. Foram 46 propriedades atingidas, não
1436 havia moradores em 27, e em tinham 19 famílias residentes. Não há
1437 trabalhadores nessas propriedades, todos os trabalhos são feitos pela família,
1438 que dá um total de 52 pessoas. As negociações começaram em outubro de
1439 2011 e finalizaram em 2012. As famílias que optaram pelo reassentamento,
1440 optaram todos pela uma mesma fazenda, que é a fazenda que eles estão
1441 chamando de “anfitriã”. Então 10 famílias optaram ir para essa fazenda. Eles
1442 escolheram isso em uma reunião comunitária, com todas as famílias, expondo
1443 como que seria esse reassentamento. Nesse reassentamento eles teriam casa
1444 e área com plantio. Todas as mudanças, todo o plantio já tem responsabilidade
1445 da Vale Fertilizante, e com dois anos de acompanhamento. Muitas famílias ali
1446 não tinham o costume de produzir e comercializar na sua área. Uma senhora e
1447 a filha, por exemplo, foram capacitadas para que o excedente fosse
1448 comercializado. No dia 04 houve uma reunião, tem alguns dados se vocês
1449 quiserem. No parecer tem mais detalhado as entrevistas, como que foi o
1450 resultado dessas entrevistas com essas famílias. Do grupo que eu entrevistei,
1451 eu acho interessante, vocês saberem da situação de uma senhora. Ela tem
1452 anos que mora com a filha, ela, a filha de 65 anos e que é deficiente físico, e o
1453 filho que tem 60 anos. Essa família foi antecipada a mudança dela, porque eles
1454 não tinham banheira na casa, era só uma casa de um cômodo e os três
1455 moravam lá. Essa senhora tinha que fazer uma cirurgia urgente, e ela não
1456 podia voltar para a mesma casa, que estava morando. Então a equipe social

1457 privilegiou essa senhora, realizou o reassentamento dela durante a cirurgia
1458 dela. Eu achei interessante que eles não tinham o costume de plantar, quem
1459 plantava era a filha dela pra consumo deles. Hoje elas falam que foram
1460 capacitadas, elas estão conseguindo já levar a produção delas para a cidade e
1461 vender para o comércio legal. Eles fizeram criação de galinhas, uma produção
1462 toda. Eu achei tão interessante. Todos os reassentamentos vão ser nesse
1463 mesmo modelo. **(VOZES AO FUNDO)** Se vocês leram a Política Estadual de
1464 Atingidos por Barragem, vocês vão que é esse modelo aqui. Se houvesse a
1465 possibilidade de um conselheiro pegar esse processo e ler, pegar o que era a
1466 política estadual de barragem que eu já junto com pessoal do MAB em outras
1467 ocasiões, vocês vão ver que é mais ou menos isso. O MAB conhece esse
1468 empreendimento também. **MARIA:** Mas eles aprovam esse empreendimento?
1469 **ROSA:** Eu não sei, não conversei sobre isso. **LUÍS GERORGE:** Posso fazer
1470 uma pergunta? **(VOZES AO FUNDO)** **ROSA:** Considerando todo o esforço, o
1471 Programa de Aquisição Assistida da comunidade Mata Bananeira, juntamente
1472 com o Plano de Atendimento Social das Famílias da comunidade de Mata
1473 Bananeira, está garantindo os direitos das famílias atingidas pelo Projeto
1474 Salitre, por meio de acesso a terra, propriedade, escritura e registro, ao
1475 trabalho, saúde, moradia digna, educação, culto religioso. Nessa área eles vão
1476 estar construindo os templos religiosos e um centro comunitário, com comércio
1477 próximo a essa área. Há capacitação para melhoria da renda, segurança
1478 alimentar e conseqüente melhoria de vida das famílias. Eu sugiro que um
1479 conselheiro pegue esse processo, dê uma lida. **CRISTIANE:** Mas nós estamos
1480 abrindo um precedente? **MARIA:** Como assim? **CRISTIANE:** Porque esse não
1481 é de barragem. Nós estamos abrindo isso? **MARIA:** Eu acho que a gente não
1482 deveria mandar esse parecer. A gente mandaria um parecer, dizendo que nós
1483 não precisamos dar um parecer pra isso, que não é responsabilidade. A
1484 avaliação é que a gente acatou e recebemos o pedido deles, entendeu?
1485 **ROSA:** Foi acatado em plenária. **SIMONE:** Mas não é essa a pergunta que a
1486 conselheira fez. Nós fizemos o parecer, mas ponto final. Certo? Aí a Rosa fala
1487 que “gostaria que um conselheiro estudasse, lê-se”. Ora! Se isso não é da
1488 nossa competência, se nós não vamos fazer avaliação nenhuma de política,
1489 então o encaminhamento não pode ser esse. O encaminhamento é mande isso
1490 e diga que isso não é da nossa competência. **CRISTIANE:** É isso o que estou
1491 falando. Se a gente está abrindo um precedente, a gente está abrindo um
1492 precedente para o Estado inteiro, para todo e qualquer empreendimento que
1493 não seja barragem. **ROSA:** Não. Foi só uma sugestão de um projeto, que foi
1494 bacana. Não foi para um conselheiro avaliar ou trazer para a plenária para
1495 deliberação. Não foi uma avaliação que tinha quer ser para um parecer de
1496 conselheiro. É só pra vocês verem um bom modelo, um bom trabalho. É uma
1497 equipe que não de Minas, é do Paraná. Essa equipe veio pra cá e fez esse
1498 trabalho. Então é só pra vocês verem um bom modelo, só isso. **MARIA:** O
1499 segredo é que a gente tenha a oportunidade de dar um parecer de que isso
1500 está legal, e ter a oportunidade de dizer que isso não é responsabilidade
1501 nossa. O COPAM pediu parecer pra quê? Isso não é responsabilidade nossa.
1502 Nós não temos necessidade de dar um parecer sobre isso. O que a
1503 Consolação trouxe de manhã é que a gente ficou com isso guardado um ano,

1504 sem dar parecer, sem dar nada. A Rosa foi visitar e tudo. Então porque nós
1505 ficamos com isso guardado, sendo que a gente não precisa dar parecer
1506 nenhum? Você entendeu qual que é problema nosso? **ISABELA:** Eu entendi
1507 Maria. Por mais que seria um prazer partilhar uma boa experiência, dar um
1508 retorno positivo, eu acho que a gente guarda aqui com um relato bacana e
1509 tudo. A nossa resposta tem que ser que não é da nossa competência.
1510 Podemos explicar que a gente analisou, demoramos alguns meses pra chegar
1511 nessa conclusão, mas o conteúdo da nossa resposta é de que analisamos e
1512 verificamos que não é competência do CEAS. E aí coloca a resolução e
1513 legislação do Conselho, que diz que a nossa competência é barragem.
1514 Sinceramente eu não entendi, porque o COPAM mandou isso para o Conselho,
1515 sendo que o COPAM sabe muito bem qual que é a atribuição do CEAS.
1516 **MARIA:** Foi o MP que solicitou o COPAM que enviasse pra gente. **ISABELA.**
1517 Então. O MP trabalha baseado em lei, o Conselho também. Assim como o MP
1518 devolveria pra gente, como a gente já recebeu respostas deles falando que o
1519 jeito que a gente fez solicitação está errado, a gente responde com a lei
1520 dizendo que a competência do CEAS delimitada na lei é essa. **PÁSCOA:** Eu
1521 concordo plenamente com a Isabela. Eu acho que a gente vai abrir um
1522 precedente e eles vão ficar mandando mais coisa pra gente. E eu ando “por
1523 aqui” com o MP determinando coisas, que não são da nossa competência. Eu
1524 acho que a gente empolga mesmo, é um trabalho bacana. Nós, assistentes
1525 sociais, empolgamos mesmo com o trabalho bacana, quando a gente vê a
1526 família progredindo, mas eu faço as minhas palavras a da Isabela. Eu acho
1527 que, gente, tem que responder que não é nossa competência. **LUÍS GEORGE:**
1528 Rosa, você sabe que o metrô no Rio de Janeiro, é o metrô mais caro do Brasil?
1529 O valor dessa jazida foi anexado ao processo, para poder recompensar
1530 corretamente os proprietários da terra? **(VOZES AO FUNDO) MARTA SILVA:**
1531 Eu estava discutindo aqui com a Simone. É isso sim. Foi feita uma análise
1532 técnica sim deste Conselho, que a Rosa está dividindo aqui com a gente. O
1533 Conselho se debruçou tecnicamente sobre o processo e sobre o projeto. Eu
1534 acho que o encaminhamento é: “como não é competência deste Conselho se
1535 manifestar sobre projetos que não sejam de barragens, isto não precisa ter
1536 uma deliberação deste pleno aprovando ou não esse relatório, mas este
1537 Conselho encaminha o parecer que a secretaria executiva produziu. Se o
1538 parecer subsidiar alguma decisão, de quem for. Não é uma deliberação deste
1539 Conselho, porque não é competência nossa”. **MARIA:** Nós não estamos dando
1540 um parecer, entendeu Cristiane? A gente está dizendo para eles que não é
1541 responsabilidade nossa. **CRISTIANE:** Isso agora eu entendo, mas colocar que
1542 a gente viu e acompanhou, ou até dizer que está bonito, eu já acho que é uma
1543 abertura. **MARIA:** Não podemos negar que analisamos, sabe por quê?
1544 **CRISTIANE:** Claro que eu sei que podemos dizer isso. Eu estou dizendo que
1545 qualquer palavra que coloca, pode parecer precedente. Tem que ser bem claro,
1546 que não é nossa competência. **MARIA:** Sim. Vamos deixar que a gente não
1547 quer que encaminhe mais pra nós. Eu queria dizer mais, que a gente, no texto,
1548 oriente que na situação de qualquer empreendimento dessa dimensão e de
1549 outras, a gente não só temos que fazer as ações previstas como está aí, mas
1550 também a avaliação de cálculo direito dos atingidos. A gente entende a olho

1551 “cru” que fizeram tudo direito, porque fizeram uma casa, compraram uma terra.
1552 O lucro que eles vão ter sobre o empreendimento não chega nunca aos pés do
1553 que eles fazem. Temos que deixar isso muito claro, que queremos que isso
1554 aconteça. **(VOZES AO FUNDO)** Então não temos que mandar um parecer?
1555 **MARTA SILVA:** Não gente. O que eu estou propondo não é isso. Eu estou
1556 propondo que o relatório que ela fez em cima, que ela verificou que o Conselho
1557 está aprovando e encaminha o relatório. A gente está encaminhando o
1558 relatório, mas não é manifestação ou não, porque este Conselho não tem que
1559 se manifestar por aprovado ou não. **SILVANA:** A questão que a colega acabou
1560 de trazer foi isso. Cuidado em emitir qualquer documento, qualquer relatório,
1561 que possa parecer um parecer. Eu acho que é esse o cuidado. **(VOZES AO**
1562 **FUNDO) CONSOLAÇÃO:** A secretaria executiva, ela existe para
1563 operacionalizar aquilo que é deliberado dentro do Conselho, e pra estar
1564 facilitando matéria. Se aquilo que é elaborado não é deliberado, não tem
1565 sentido um parecer técnico de algo que chegou ao Conselho e que já teve esse
1566 encaminhamento. Não tem sentido, porque ela não vai fazer uma elaboração
1567 para eles, ela subsidia aqui. Já subsidiou e viu que não tem competência. Eu
1568 não vejo sentido a gente mandar um parecer, mesmo porque eles vão falar que
1569 esse parecer vai ser usado como técnico, da secretaria executiva do CEAS. É
1570 uma referência do CEAS. **LUÍS GEORGE:** Eles podem agir de má fé falando
1571 “que o CEAS aprovou, então porque não podemos fazer?” **MARIA:** Então a
1572 gente manda, dizendo que não temos responsabilidade. **SILVANA:** Eu acho
1573 que podemos ter o cuidado de falar que debruçamos sobre o documento, que
1574 teve todo esse cuidado, mas sem emitir nenhum relatório, nenhum parecer que
1575 possa ser usado, até de má fé. **MARIA:** A gente fala que analisou, e que não
1576 temos responsabilidade na decisão desse processo. É isso. **(VOZES AO**
1577 **FUNDO) ROSA:** Temos que trazer a segurança alimentar, trazer direito
1578 humanos, pra discutir isso com a gente. Uma equipe formada por outros
1579 profissionais realizou um trabalho completo com essas famílias. É isso que a
1580 gente precisa trazer para dentro da discussão também, que é essa equipe que
1581 está lá na ponta. **MARIA:** Então fica encaminhado assim? É bom que a gente
1582 vai discutindo mais sobre isso, pra gente perceber que talvez a gente errou
1583 muito em ficar só aprovando os planos, sem fazer o debate no sentido de ver o
1584 que podíamos fazer como mediação para cumprimento do próprio plano. É
1585 esse que é o grande segredo, o monitoramento. Talvez no futuro, se o CEAS
1586 realmente continuar discutindo, decidindo sobre isso, nós vamos ter que ver as
1587 condições pra nós fazermos isso. A Consolação tem uma notícia boa pra dar,
1588 que é bem melhor do que essa. A gente agradece a Rosa pela contribuição. Eu
1589 vou passar para a Simone primeiro, depois a Consolação fala dos critérios.
1590 **SIMONE:** Na verdade, é um informe que veio essa semana do Conselho
1591 Nacional, abrindo o período de inscrição para o processo eleitoral do Conselho
1592 Nacional. Vai ter uma renovação de novo a sociedade civil, da representação
1593 das entidades, dos trabalhadores e dos usuários. Nós discutimos hoje na mesa
1594 diretora, que a representação do Conselho Nacional deve ser uma
1595 preocupação de todos os Conselhos, no sentido de democratizar o processo,
1596 de que a gente também tenha interesse em uma reunião do Conselho
1597 Nacional. Nós discutimos hoje de manhã e resolvemos que iríamos apresentar

1598 aqui os critérios, para que todos possam ter conhecimento, e a gente também
1599 pensar formas não só de divulgar, mas também mobilizar, pra que a gente
1600 possa ter representação tanto de entidade, quanto de usuários e trabalhadores,
1601 concorrendo ao Conselho Nacional. **CONSOLAÇÃO:** Só lembrando que foi
1602 encaminhado para todos os conselheiros por e-mail, que é o edital mais a
1603 resolução do Conselho, que disciplina o processo. Eu vou ler o art. 8º, que é
1604 sobre habilitação. É bom, porque ele fala do total dessa questão. Art. 8º
1605 Poderão habilitar-se ao processo eleitoral, exclusivamente, os representantes
1606 ou organização de usuários, entidades e organizações de assistência social e
1607 entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS habilitadas a
1608 designarem candidato, juntamente com a respectiva pessoa física designada,
1609 bem como as postulantes, a eleitora, e que atuam em âmbito nacional. § 1º
1610 Poderão ser habilitados: I - as entidades e organizações de assistência social,
1611 abrangidos pelo art. 3º da Lei nº 8.742 de 1993, em consonância com o
1612 Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, que prestam serviços, conforme
1613 as Resoluções nº 109, de 11 de novembro de 2009, nº 33 de 28 de novembro
1614 de 2011, nº 34 de 28 de novembro de 2011, do CNAS, bem como as que
1615 atuam com assessoramento e defesa e garantia de direitos, conforme a
1616 Resolução nº 27, de 19 de setembro de 2011, do CNAS, e que sejam inscritas
1617 no Sistema de Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social –
1618 SCNEAS, ou apresente um documento que comprove a solicitação de inscrição
1619 neste cadastro. II - os representantes e organizações de usuários que
1620 congregam as pessoas destinatárias da Política de Assistência Social, de
1621 acordo com a Resolução nº 11, de 23 de setembro de 2015, do CNAS; III - as
1622 entidades e organizações que representam trabalhadores do SUAS, em
1623 conformidade com a Resolução nº 06, de 21 de maio de 2015, do CNAS. § 2º
1624 Para a habilitação, os representantes ou organizações de usuários, as
1625 entidades e organizações de assistência social e as entidades e organizações
1626 dos trabalhadores do SUAS, deverão indicar o segmento a que pertencem,
1627 observados seu estatuto e relatório de atividades, obedecendo às legislações e
1628 normas que regulamentam cada segmento, conforme §1º deste artigo.
1629 Legislação – Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - 6/17 § **PARTE**
1630 **5: CONSOLAÇÃO:** 3º Os representantes e organizações de usuários, as
1631 entidades ou organizações de assistência social e entidades e organizações
1632 dos trabalhadores do SUAS no ato do pedido de habilitação, devem indicar a
1633 sua condição enquanto habilitadas a designar candidato ou eleitor. § 4º Serão
1634 habilitadas a designar candidato ou eleitor, os representantes ou organização
1635 de usuários, entidades e organizações de assistência social e entidades e
1636 organizações dos trabalhadores do SUAS, de âmbito nacional, juntamente com
1637 a respectiva pessoa física designada. § 5º Para os eleitores postulantes à
1638 habilitação pelo segmento dos representantes ou organização de usuários,
1639 entidades e organizações de assistência social ou entidades e organizações
1640 dos trabalhadores do SUAS, a indicação da representação na Assembleia de
1641 Eleição poderá ser apresentada até a sua instalação, nas condições previstas
1642 nesta Resolução. § 6º É vedada a representação, na Assembleia de Eleição,
1643 de mais de uma entidade e organização de assistência social, de entidade e
1644 organização do trabalhador do SUAS, e representantes ou organização de

1645 usuários pelo mesmo representante. § 7º Serão consideradas de âmbito
1646 nacional as entidades ou organizações de assistência social, que,
1647 comprovadamente, desenvolvam suas atividades há no mínimo dois anos em
1648 pelo menos dois estados ou um estado e o Distrito Federal. § 8º Serão
1649 consideradas de âmbito nacional as organizações de usuários da assistência
1650 social que, comprovadamente, desenvolvam suas atividades em pelo menos
1651 dois estados ou um estado e o Distrito Federal. § 9º Serão considerados de
1652 âmbito nacional os representantes de usuários da assistência social, conforme
1653 Resolução nº 11, de 23 de setembro de 2015, do CNAS, que,
1654 comprovadamente, desenvolvam suas atividades em pelo menos dois
1655 municípios ou um município e o Distrito Federal. §10 Serão consideradas de
1656 âmbito nacional as entidades e organizações de trabalhadores do SUAS que,
1657 comprovadamente, desenvolvam suas atividades a no mínimo dois anos, em
1658 duas regiões geográficas, e em pelo menos cinco estados ou quatro estados e
1659 o Distrito Federal. § 11 Para os representantes e organizações de usuários, as
1660 entidades ou organizações de assistência social e as entidades e organizações
1661 de trabalhadores do SUAS, postulantes a participar do processo eleitoral, na
1662 condição de eleitora, devem-se seguir os mesmos critérios mencionados nos
1663 §§7º, 8º, 9º e 10, ou seja, da abrangência nacional. § 12 A habilitação dos
1664 representantes e organizações de usuários, das entidades ou organizações de
1665 assistência social e entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS,
1666 para designarem candidato, juntamente com a respectiva pessoa física
1667 designada, bem como das postulantes a eleitoras ocorrerá a partir da data de
1668 publicação desta Resolução até o dia 18 de março de 2016, valendo para
1669 tanto, a data do protocolo ou da postagem registrada de seu pedido. Então
1670 esses são para a habilitação. O período para apresentar, saiu no edital que
1671 vocês também receberam, é de 1º de fevereiro a 2 de março. É o prazo para
1672 apresentar a documentação exigida para o processo eleitoral. **CRISTIANE:**
1673 Como que funciona a eleição? Acontece tudo em Brasília? Tem um sistema
1674 que a gente vota? Como que participa quem quer votar? **SIMONE:** Vota lá.
1675 Tem que ir lá votar. Se inscreve só pra quem vai votar, e se inscreve só pra
1676 quem é candidato. Então você tem que se inscrever também, com o mesmo
1677 critério. **MARIA:** A intenção é informar quem tiver interesse, pessoas a fim, se
1678 quiser ajudar a divulgar e mobilizar. Tem que ler mais o edital e tirando
1679 dúvidas. A ideia é a gente contribuir com o processo. **SIMONE:** A gente estava
1680 discutindo pela manhã, que essa é uma das coisas mais difíceis de mudar que
1681 eu conheço. A gente conseguiu tirar o SEBAS lá de dentro, mas não consegue
1682 mudar o processo eleitoral do Conselho Nacional. Eu estava falando com o
1683 pessoal, hoje de manhã, que nós levamos para a conferência nacional o
1684 processo **da votação se dá na conferência nacional**. Nós perdemos todas as
1685 vezes que nós levamos. É um modelo de eleição criado pra manter algumas
1686 entidades lá dentro, só as que atendem a esse critério. É só pegar as atas, vai
1687 as mesmas entidades votar e vão as mesmas para serem votadas.
1688 **CRISTIANE:** E a recondução? É no CEAS? A mesma instituição pode ocupar a
1689 representação, mas com representantes diferentes? **SIMONE:** É. **CRISTIANE:**
1690 Agora eu entendi. **SIMONE:** É só fazer um acordo: “agora nós vamos ser
1691 titulares, agora nós vamos ser suplentes”. É por isso que eu faço questão de

1692 dizer, nós temos que participar dessa eleição, ver quem a gente acha que
1693 consegue os critérios, são difíceis. A única mudança que nós conseguimos,
1694 com muita pressão, foi com relação aos usuários. Essa foi a única coisa que a
1695 gente conseguiu. A novidade que tem no Conselho Nacional em 22 anos é a
1696 participação de usuários não organizados como entidades jurídicas. O Fórum
1697 de Entidade tirou na discussão com os usuários que o Fórum dos Usuários que
1698 deveria conduzir o processo eleitoral, e não tem uma linha na eleição que
1699 considere a possibilidade de representação dos Fóruns, nem de usuários, nem
1700 de trabalhadores, nem como eleitor. Então é uma coisa louca! Completamente
1701 louca. Então é só pra chamar a atenção de que realmente tem um robe
1702 importante no Conselho Nacional. **CRISTIANE:** Existe algum apoio ou alguma
1703 articulação que o CEAS pode fazer pra conseguir esses representantes do
1704 Estado no Conselho? Ou isso é imoral, antiético, ilegal? **SIMONE:** Não tem
1705 nada de imoral. **CRISTIANE:** Eu tenho medo disso. São as três palavras agora,
1706 do momento, então eu tenho medo. **SIMONE:** A política não tem nada de ilegal
1707 nela, nem de imoral. A política é articulação legítima, desde que seja
1708 democrática, que ponha as regras do jogo claras. Não tem problema nenhum,
1709 articular é extremamente saudável. **LUÍS GEORGE:** Simone sabe qual que é o
1710 problema? A eleição na parte dos usuários para ir pra Brasília, por exemplo.
1711 Tinha um representante de Lambari, eu falei: “quem mais vota em Lambari?
1712 Vota aí gente”. Só tinha ele - perdeu. Quando chegar ao Conselho Nacional, é
1713 a mesma coisa. **SIMONE:** Isso é uma coisa que temos que retomar aqui
1714 também, a eleição que existe no Estado de Minas Gerais. Nós não
1715 conseguimos que os conselheiros municipais tragam o debate dele para a
1716 conferência, aí quando chega à estadual, é isso mesmo o que o senhor falou.
1717 Nós temos que pensar em como vamos aperfeiçoar a eleição também em
1718 Minas Gerais. Não basta só fazer na conferência, tem que ter um processo que
1719 é anterior, antes. **MARIA:** Vamos passar para os informes então? Você tem
1720 informe Simone? Consolação você tem informe? **MARTA:** A gente tem três
1721 aqui, não é Simone? Um deles é a ascensão da lei do marco regulatório,
1722 terceiro setor. A proposta de alteração foi sancionada sexta-feira pela
1723 presidente. É a lei 13.204, de 14 de dezembro de 2005, que trata do marco
1724 regulatório e altera as regras das parcerias entre as administrações públicas e
1725 as organizações da sociedade civil, agora chamada como OSC. Você acha que
1726 fala os principais pontos aqui? Os principais pontos de alteração: 1º De
1727 dispensa de chamamento público no caso de atividades ou projetos voltados
1728 ou vinculados a serviço de educação ou integrante do SUAS ou SUS, desde
1729 que executados por organizações da sociedade civil, previamente
1730 credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política; 2º Revoga a obrigação
1731 das organizações da sociedade civil, indicativa de gente que se responsabilize
1732 de forma solidária pela execução das atividades da parceria; 3º Não exigência
1733 da OSC de apresentar regulamento de compras e contratações de
1734 administração pública; 4º Poderá ser criado pelo poder executivo federal um
1735 Conselho Nacional de Fomento e Colaboração, para consultar as políticas e
1736 ações voltadas ao fortalecimento das entidades; 5º Simplificação dos
1737 procedimentos para chamamento público, plano de trabalho e prestação de
1738 contas da parceria; 6º Exclui o chamamento público à emendas parlamentares

1739 apresentadas as leis orçamentárias anuais, cujo os beneficiários sejam as
1740 OSCS; 7º Inclusão das cooperativas e organizações religiosas, que se
1741 dediquem a atividade de interesse público e de cunho social para os efeitos da
1742 lei 13.019/2014, lei que deu origem ao marco regulatório; 8º Preservou do
1743 alcance da lei convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e
1744 sem fins lucrativos, que prestam serviços de forma complementar do SUS; 9º
1745 Os municípios poderão implantar a lei a partir de 1º de janeiro de 2017, tempo
1746 maior para que se adaptem as novas mudanças; 10º Quanto ao tempo da
1747 OSCS para que realizem parcerias com o poder público, exige um ano para
1748 parceria de dois anos com os Estados, e mantém os três anos para acordos
1749 com a União. **RODRIGO:** Lá na entidade a gente sabe desse percurso que foi,
1750 sabemos qual deputado conduziu. Foi bom. Agora a gente consegue enxergar
1751 os blocos. Não dá pra enxergar tudo, mas a gente consegue ver os blocos em
1752 nível do país. Não dá pra enxergar individualmente, mas a gente consegue ver
1753 algumas fundações, alguns segmentos. Deixa a gente bastante preocupado.
1754 Eu falo isso para a Simone, que estava lá há 10 anos, quando existia o balcão
1755 de negócios para o SEBAS, a gente sabe que isso está na história registrado.
1756 Agora tem uma possível discussão de vínculos partindo por esses blocos.
1757 Estamos acompanhando e estamos bem preocupados com isso. A gente sabe
1758 que já tem um movimento de vínculos SUAS por aí, já na pauta desses blocos.
1759 A gente torce pela moralidade, pela transparência. Se tiver que dar bolsa, tem
1760 que dar bolsa para aquele que está vinculado. Se é um público vulnerável, tem
1761 que ser um público vulnerável mesmo. Isso o que eu estou falando com vocês
1762 é a nossa percepção na entidade. O povo nosso tem cobrado da gente um
1763 maior acompanhamento. É isso, obrigado. **SIMONE:** As mudanças que
1764 tiveram, foi uma luta grande nossa. Eu acho que o secretário André, o
1765 FONSEAS, tiveram um papel muito importante. É indiscutível a importância do
1766 deputado Eduardo Barbosa, que foi relator das mudanças, conduziu o
1767 processo. Eu acho que tem uma vitória nossa grande aqui. No dia da nossa
1768 abertura da conferência estadual, o PL de serviços de proteção especial de alta
1769 complexidade regionalizado, foi aprovado. Que bom que foi rápido, muito
1770 rápido. Vocês podem ter certeza que essa rapidez se deu pelo respeito que o
1771 nosso secretário André tem na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.
1772 **(APLAUSOS)** É um PL importantíssimo, principalmente para as pessoas que
1773 moram ou em territórios isolados ou em municípios de pequeno porte. O
1774 Estado cravou essa responsabilidade, “é minha”. Agora ninguém mais tem
1775 dúvida de quem é a responsabilidade. Ele instituiu também além de serviço de
1776 abrigo na residência inclusiva, também a modalidade de família acolhedora,
1777 como uma possibilidade também de acolhimento no Estado de Minas Gerais. O
1778 PL cria também a central de atendimento, facilitando o nosso diálogo com o
1779 judiciário, porque agora é lei, e o judiciário também tem que obedecer a lei.
1780 Então é uma vitória mesmo, isso é muito legal. A conferência estadual mal
1781 acabou, e nós já estamos comemorando uma deliberação da conferência que
1782 já foi encaminhada para a Assembleia Legislativa. Isso dá uma energia muito
1783 boa, muito importante pra todo mundo. A outra notícia é que a nossa Ministra,
1784 Tereza Campello, assinou na conferência nacional a resolução dos blocos de
1785 financiamento. Os blocos estão previstos na NOB/SUAS 2012, vai ter o bloco

1786 da proteção especial, da proteção básica e o bloco da gestão. Os municípios
1787 então vão poder gastar os recursos dentro do bloco de financiamento. Outra
1788 questão que a presidente Maria pediu para eu informar, é que agora nós vamos
1789 fazer a nossa confraternização no bar “KASBAH”, na av. Afonso Pena, 2803,
1790 esquina com a Rua Gonçalves Dias. O Bruno falou que não interessa o nome,
1791 o importante é ter cerveja. **(RISOS)** Fica um quarteirão abaixo da Praça do
1792 ABC. Então, estão todos convidados. **MARIA:** Leva presente para o amigo
1793 oculto. **(VOZES AO FUNDO)** Não temos mais conversa por hoje, não é? Quem
1794 bom! A gente conseguiu fechar a nossa pauta, discutir tudo o que a gente
1795 queria, acrescentamos mais algumas coisas, em uma calma tranquila. Essa
1796 reunião foi a mais produtiva dos últimos tempos. A gente encerra a nossa
1797 plenária de hoje. Agradecemos todo mundo que participou. Desejamos um feliz
1798 natal para todos. Um ótimo réveillon. Aproveitem bastante, porque 2016
1799 promete muito, vai ser mais apertado que 2015. Eu aproveito a oportunidade
1800 para agradecer toda a equipe do CEAS marcando presença. Vocês estão tão
1801 bonitinhos! **(RISOS)** Que a gente possa se encontrar na confraternização ok?
1802 Muito obrigado, até a próxima. **APLAUSOS. FIM**